



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

LUCAS ALVES DA SILVA

**AS TÁTICAS DO CAPITAL NA CIDADE DE MARIANA PARA DIFUSÃO DO
EMPREENDEDORISMO**

Mariana
2026

LUCAS ALVES DA SILVA

**AS TÁTICAS DO CAPITAL NA CIDADE DE MARIANA PARA DIFUSÃO DO
EMPREENDEDORISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito parcial
para aquisição de diploma em Bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Profº Dr. Rodrigo Fernandes
Ribeiro

Mariana
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586t Silva, Lucas Alves Da.
As táticas do capital na cidade de Mariana para a difusão do
empreendedorismo. [manuscrito] / Lucas Alves Da Silva. - 2026.
68 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Ideologia. 2. Empreendedorismo. 3. Indústria mineral - Mariana
(MG). I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro
Preto. III. Título.

CDU 005.212(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lucas Alves da Silva

As táticas do capital na cidade de Mariana para a difusão do empreendedorismo

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovado em 28 de julho de 2026

Membros da banca

[Doutor] - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Davi Machado Perez - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Marlon Garcia da Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/07/2026



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/07/2026, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1150766** e o código CRC **27883FD1**.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos à minha mãe, às minhas tias e aos meus amigos; a todos os trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); e ao meu grande amor, Pedro.

Mas sabe que pra ter sucesso não basta apenas estudar
Estudar, estudar, estudar sem parar
Tão esperta essa bixona, não basta apenas estudar
Fracas de fisionomia, muito mais que abusada
Essa bixa é *molotov*, o bonde das rejeitadas
(Linn da Quebrada - 2017)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado do percurso acadêmico do autor, construído a partir do estudo da obra de György Lukács e da inquietação diante das transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, e analisa a materialização da ideologia empreendedora em Mariana (MG) a partir da criação da "Casa do Empreendedor" e das instituições a ela articuladas. O trabalho percorre os fundamentos da lei geral da acumulação capitalista, da financeirização do capital e das particularidades do mercado de trabalho brasileiro. Num segundo momento, com base na crítica schumpeteriana e na ontologia lukacsiana, examina a ideologia empreendedora como resposta do capital à crise estrutural, articulando essa análise categorial com a sistematização do aparato institucional voltado ao fomento do empreendedorismo em Mariana, com destaque para a Casa do Empreendedor, a ACIAM e a ADESIAP, bem como com a análise do contexto do rompimento-crime da barragem de Fundão em 2015 e seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho local. Os resultados indicam que a ideologia empreendedora opera como um dispositivo ideológico de gestão da força de trabalho excedente, funcional à reprodução do capital e à manutenção da ordem social na região.

Palavras-Chave: Ideologia; Empreendedorismo; Mineração.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión de curso es resultado del recorrido académico del autor, construido a partir del estudio de la obra de György Lukács y de la inquietud ante las transformaciones del mundo del trabajo en el capitalismo contemporáneo, y analiza la materialización de la ideología emprendedora en Mariana (MG) a partir de la creación de la "Casa del Emprendedor" y de las instituciones a ella articuladas. El trabajo recorre los fundamentos de la ley general de la acumulación capitalista, de la financiarización del capital y de las particularidades del mercado de trabajo brasileño. En un segundo momento, con base en la crítica schumpeteriana y en la ontología lukacsiana, examina la ideología emprendedora como respuesta del capital a la crisis estructural, articulando ese análisis categorial con la sistematización del aparato institucional orientado al fomento del emprendimiento en Mariana, con destaque para la Casa del Emprendedor, la ACIAM y la ADESIAP, así como con el análisis del contexto del rompimiento-crimen de la presa de Fundão en 2015 y sus desdoblamientos sobre el mercado de trabajo local. Los resultados indican que la ideología emprendedora opera como un dispositivo ideológico de gestión de la fuerza de trabajo excedente, funcional a la reproducción del capital y al mantenimiento del orden social en la región.

Palabras clave: Ideología; Emprendimiento; Minería.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DO CAPITAL	14
1.1. A Teoria do valor e a lei geral da acumulação capitalista.	14
1.2. O contexto contemporâneo da financeirização do capital	17
1.3. O mercado de trabalho na particularidade brasileira.	21
1.4. O empreendedorismo como resposta ideológica do capital	26
1.5. Lukács: os fundamentos da ideologia e do estranhamento no complexo do ser social.	31
CAPÍTULO 2 - A “CASA DO EMPREENDEDOR” DE MARIANA: IDEOLOGIA OU SOLUÇÃO PARA O DESEMPREGO?	48
2.1. O rompimento da barragem de Fundão em 2015	48
2.2. Os circuitos do capital financeirizado e o boom da mineração no século XX	49
2.3. Crise no mercado de trabalho e o empreendedorismo como saída	51
2.4. Estudo sobre a “Casa do empreendedor” de Mariana	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce de um percurso acadêmico coletivo marcado pelo encontro com a obra de György Lukács e pela inquietação diante das transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. No segundo semestre da graduação, na disciplina Trabalho e Sociabilidade, o contato com o texto *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*, de Lukács (2018), presente no livro *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, despertou em mim um profundo fascínio¹ que se desdobraria ao longo de toda a formação. Concomitantemente, a primeira aproximação com autores como Ricardo Antunes e Ludmila Abílio ampliou o horizonte de compreensão sobre as metamorfoses do trabalho e da classe trabalhadora na “era digital”. Recordo, com especial carinho, do lançamento da obra *Estética: a peculiaridade do estético - Volume 1* pela Boitempo, na disciplina Teoria Social e Serviço Social III, cuja expectativa compartilhada pelos professores marcou um momento significativo da trajetória acadêmica, especialmente a leitura da introdução dessa obra. A primeira aproximação na ontologia lukacsiana ocorreu nas disciplinas Pesquisa e Serviço Social I e II e, posteriormente, nos grupos de estudos dedicados Para uma ontologia do ser social II.

Esse itinerário formativo incluiu ainda a atuação como bolsista técnico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Pesquisa (CNPq), junto ao professor Mateus Pereira (Departamento de História) e, por fim, o trabalho mais rigoroso com a obra de Lukács — em especial o capítulo da ideologia — como bolsista da Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI/UFOP), momento em que foi possível realizar uma análise aprofundada e desafiadora das categorias centrais da ontologia do ser social. O processo de iniciação científica, articulado ao grupo de estudos permanente ao longo de toda a graduação, consolidou as bases teórico-metodológicas que orientam² a presente pesquisa.

Ainda nesse percurso, duas disciplinas cursadas nos últimos semestres da graduação revelaram-se decisivas para a formulação deste trabalho. A disciplina Pensamento Social Brasileiro permitiu suprir uma debilidade na compreensão da

¹ “Mas justamente essa clareza trouxe também consigo o reconhecimento de que o verdadeiro estudo do marxismo só está começando agora e não pode mais parar” (Lukács, 2010. p. 15).

² Destaco também a aula do professor José Paulo Netto, “Introdução ao método de Marx”, disponível no YouTube em: <https://youtu.be/2WndNoqRiq8?si=3QRlhoPsW0J5gkrv>

formação social brasileira, oferecendo os debates e importantes reflexões sobre a nossa história a partir do legado teórico-crítico de autores como Clóvis Moura e Jacob Gorender, tal necessários para apreender as particularidades do capitalismo dependente e as determinações que incidem sobre a constituição do mercado de trabalho entre nós. Por sua vez, a disciplina A Financeirização do Capital e o Impacto Sobre a Classe Trabalhadora proporcionou o contato inicial com o Livro III de *O capital* (MARX, 2017), em especial com a análise do capital portador de juros e do sistema de crédito, categorias fundamentais para compreender a lógica financeira que atravessa a acumulação capitalista contemporânea e seus desdobramentos sobre os territórios e a classe trabalhadora.

A inquietação que move este trabalho decorre da constatação de que o capitalismo tardio, em sua fase de financeirização e sua reestruturação produtiva, tem produzido um aprofundamento sem precedentes da precarização do trabalho, acompanhado de um arsenal ideológico que naturaliza a exploração e transfere ao trabalhador os riscos e custos da produção. Nesse cenário, a ideologia empreendedora emerge como uma das respostas das personificações do capital à crise estrutural do capital, apresentando-se como "solução" para o desemprego e a informalidade, ao mesmo tempo em que oculta as determinações objetivas que empurram milhões de trabalhadores para o trabalho autônomo precarizado e para a ausência de direitos. A 'tragédia anunciada'/crime de Mariana, com o rompimento da barragem de Fundão em 2015 (Bertollo, 2018), constitui um momento paradigmático para a análise dessa dinâmica, na medida em que concentra, em um mesmo território, os elementos centrais da acumulação financeirizada, da devastação socioambiental e da resposta ideológica do capital por meio do fomento ao empreendedorismo.

Partimos da hipótese de que a "Casa do Empreendedor" de Mariana, instituição criada no âmbito das medidas de reparação do crime de Fundão, se constitui como um dispositivo ideológico de gestão da força de trabalho excedente, funcional aos interesses do capital e do Estado, e distante de uma solução efetiva para o desemprego e a precarização estrutural que atingem a classe trabalhadora da região. Essa hipótese fundamenta-se na compreensão de que o empreendedorismo, ao exaltar a figura do indivíduo que "cria seu próprio negócio", converte a precarização estrutural em suposto mérito pessoal e a subordinação intensificada em "autonomia", operando como uma forma de manipulação ideológica

que naturaliza a ausência de direitos e a instabilidade como atributos de uma suposta liberdade (Abílio, 2020; Ferraz; Ferraz, 2022). A análise lukacsiana da ideologia — fundada na ontologia do ser social — oferece o instrumental teórico necessário para desvelar as mediações que articulam a produção material e condiciona, por diversas mediações, a produção de consciência, permitindo apreender o empreendedorismo como uma forma manipuladora de elaboração ideal da realidade que cumpre uma função social concreta na reprodução do capital.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a materialização da ideologia empreendedora em Mariana (MG) a partir da criação da "Casa do Empreendedor" e das instituições a ela articuladas, investigando sua função no contexto da crise do mercado de trabalho local desencadeada pelo rompimento-crime da barragem de Fundão em 2015.

A pesquisa orienta-se pelo método materialista histórico-dialético, que possibilita apreender o objeto em sua totalidade concreta, considerando suas determinações históricas, suas contradições e suas mediações. Para tanto, o trabalho articula duas dimensões complementares: a revisão bibliográfica, que fundamenta a análise teórica, e a sistematização e análise de dados empíricos, obtidos a partir do levantamento de documentos, eventos e atividades promovidas pelas instituições voltadas ao fomento do empreendedorismo em Mariana, com base em informações disponibilizadas pela ACIAM, pela ADESIAP, pela Fundação Renova e pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016).

Ressalta-se que a presente pesquisa, embora fundada em sólida revisão bibliográfica e na sistematização de dados empíricos, apresenta limites inerentes ao estágio atual de desenvolvimento do trabalho. O segundo capítulo, em especial, concentra-se prioritariamente na organização e apresentação do material empírico sobre a Casa do Empreendedor e as instituições a ela articuladas, sem que se tenha empreendido uma análise crítica aprofundada sobre as contradições e a função ideológica das ações promovidas por essas instituições. Essa limitação é reconhecida e será trabalhada em iniciação científica em curso, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), da qual este trabalho é parte constitutiva, na qual se busca apreender o que Lukács (2013), em diversas passagens da *Ontologia do Ser Social*, denomina de estágio do capitalismo manipulatório. Desse modo, o presente capítulo cumpre o papel de

sistematizar o material empírico, abrindo caminho para a análise crítica que se desdobrará na etapa subsequente da investigação.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado "O empreendedorismo como estratégia ideológica do capital", dedica-se à compreensão das relações sociais capitalistas, considerando a importância do capital portador de juros e da formação do mercado de trabalho brasileiro, evidenciando as determinações que incidem sobre a sua constituição entre nós. O capítulo examina, inicialmente, a teoria do valor e a lei geral da acumulação capitalista (1.1), para em seguida analisar o contexto contemporâneo da financeirização do capital (1.2) e as particularidades do mercado de trabalho brasileiro (1.3). Por fim, encerra com um debate inicial acerca da ideologia do empreendedorismo (1.4), que reflete uma concepção de mundo a partir da obra schumpeteriana, bem como da crítica a essa ideologia a partir da ontologia lukacsiana (1.5), a qual não pode ser compreendida apartada de uma análise da realidade brasileira. O segundo capítulo, intitulado "A 'Casa do Empreendedor' de Mariana: ideologia ou solução para o desemprego?", dedica-se à análise da materialização da ideologia empreendedora na particularidade de Mariana (MG), examinando o contexto do rompimento-crime da barragem de Fundão em 2015 e seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho local (2.1), os circuitos do capital financeirizado e o *boom* da mineração (2.2), a crise do mercado de trabalho e a emergência do empreendedorismo como saída (2.3), e a sistematização do aparato institucional voltado ao fomento do empreendedorismo no município, com destaque para a criação da Casa do Empreendedor e das instituições a ela articuladas (2.4).

CAPÍTULO 1: O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DO CAPITAL

Neste capítulo, dedicado à compreensão das relações sociais capitalistas, considera-se a importância do capital portador de juros e da formação do mercado de trabalho brasileiro, evidenciando as determinações que incidem sobre a sua constituição entre nós. Por fim, encerramos com um debate inicial acerca da ideologia do empreendedorismo, que reflete uma concepção de mundo a partir da obra schumpeteriana, bem como da crítica a essa ideologia, a qual não pode ser compreendida apartada de uma análise da realidade brasileira.

1.1. A Teoria do valor e a lei geral da acumulação capitalista.

Iniciamos este tópico com o objetivo de trazer à luz a anatomia³ da lei geral da acumulação capitalista e desvelar o processo de acumulação do capital, evidenciando seus fundamentos e as determinações que estruturam esse *modus operandi*. No capítulo 23 de O capital, Marx (2013) analisa como o processo de acumulação do capital repercute sobre a classe trabalhadora, formulando a lei geral da acumulação capitalista.

Antes de desenvolver essa formulação, o autor distingue as diferentes formas de composição do capital. Sob o aspecto do valor, o capital divide-se em capital constante e capital variável. O primeiro corresponde ao valor investido nos meios de produção, como máquinas, equipamentos e matérias-primas, enquanto o segundo representa o valor despendido na compra da força de trabalho. Já sob o aspecto técnico, a composição do capital expressa a relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de força de trabalho necessária ao processo produtivo. A articulação entre essas duas dimensões constitui a composição orgânica do capital. Exemplificando essa dinâmica, a fórmula $D - M - D'$ retrata o movimento do capital:

Eis como, de forma esquemática, se passam as coisas: o capitalista, dispondo de uma soma de dinheiro (D), compra mercadorias (M) — máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho — e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de

³ “[...] A anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (Marx, 2008, p. 47).

trabalho sobre as matérias no processo de produção (P), obtém mercadorias (M') que vende por uma soma de dinheiro superior à que investiu (D'). É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta: o lucro constitui seu objetivo, a motivação e a razão de ser do seu protagonismo social (Netto e Braz, 2019, p. 111).

Como assinalado por José Paulo Netto e Marcelo Braz, a força de trabalho é elemento central desse processo. Ora, no processo de produção é a força de trabalho que produz, através do meios de produção, uma nova mercadoria. Isto é determinante nesse processo e, por isso, a força de trabalho possui uma qualidade única — ela cria mais valor. Ou seja, a força de trabalho, no processo de produção, gera um valor a mais que o capitalista não paga ao trabalhador. Outro elemento importante que merece destaque, o trabalho no modo de produção capitalista se apresenta em duas dimensões, o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O primeiro trata-se do trabalho útil, é o que cria valores de uso necessário para reprodução da vida, logo, o trabalho concreto é predicado do ser social. Por sua vez, o trabalho abstrato apresenta-se, no reino das mercadorias, como forma de troca e, para ser trocado, precisa ser comparado: o que há de comum na produção de mercadorias? O dispêndio de força de trabalho do proletariado, o gasto de sua energia física e psíquica.

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso [...] Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (Marx, 2013, p. 160).

O duplo caráter do trabalho pode ser mais bem exemplificado na mercadoria força de trabalho, cujo valor de uso é trabalho concreto desenvolvido pelo trabalhador alienado⁴ no processo de valorização do capital. Como toda mercadoria,

⁴ Segundo Marx (2013, p. 786): “Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e defruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em

a força de trabalho é a unidade de valor de uso e valor de troca. O valor de troca da força de trabalho aparece, necessariamente, na forma mistificada de “preço do trabalho”, chamado salário. Pois bem, o trabalho, sob os ditames do modo de produção capitalista, funda-se na exploração do trabalho. O que especifica, desse modo, a produção mercantil capitalista, é o *trabalho assalariado*. Por isso, a produção capitalista não é apenas produção e reprodução de mercadorias e de mais valor; é produção e reprodução de relações sociais, ou nas palavras de Marx (2008, p. 276) “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”.

A tendência histórica da acumulação capitalista retrata o crescimento da parte do capital constante em relação a parte do capital variável, ou seja, o desenvolvimento dos meios de produção⁵ leva a substituição dos operários pelas máquinas e cria de um lado a riqueza capitalista e de outro a miséria, a acumulação do capital gera, necessariamente, “uma população trabalhadora excedente [que] é um produto necessário da acumulação [...] essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível. [...]” (Marx, 2013, p. 707).

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (Marx, 2013, p. 875).

Marx argumenta que, sob o sistema capitalista, quanto mais riqueza é acumulada, maior se torna o exército industrial de reserva. Isso, por sua vez, leva ao aumento da superpopulação relativa e ao pauperismo oficial, criando um ciclo que

capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores”.

⁵ “Dado que a base da civilização é a espoliação de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento transcorre em permanente contradição. Todo progresso da produção representa simultaneamente um retrocesso na situação da classe oprimida, isto é, da grande maioria. [...] A prova mais contundente é fornecida pela introdução da maquinaria, cujos efeitos são conhecidos hoje em todo o mundo” (Engels, 1985, p. 200).

está intrinsecamente ligado à dinâmica da acumulação capitalista. Daí reside a origem da chamada “questão social”, essa, por sua vez, expressa-se de modo diferente em cada particularidade, no Brasil, por exemplo, se expressa, fortemente, com o racismo estrutural. José Paulo Netto reafirma:

A análise marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da "questão social", sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. [...] está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho — a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da "questão social"; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por "questão social") está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos (Netto, 2006, p. 157).

A compreensão da teoria do valor e da lei geral da acumulação capitalista constitui o ponto de partida para a análise das determinações históricas da acumulação em sua configuração contemporânea. Nessa direção, o próximo tópico examina a crescente centralidade do capital portador de juros e o processo de financeirização do capital, elementos fundamentais para compreender as transformações recentes das relações de trabalho e da sociabilidade capitalista.

1.2. O contexto contemporâneo da financeirização do capital

O capitalismo tardio⁶ apresenta características específicas no processo de acumulação, no qual o capital portador de juros⁷ vem desempenhando, nas últimas

⁶ Segundo Mandel (1982, p. 223, grifos do autor): "a terceira revolução tecnológica e a formação do capitalismo tardio marcaram um ponto decisivo a esse respeito: *a partir daí, a concentração internacional do capital começou a transformar-se em centralização internacional. No capitalismo tardio, a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa determinante do grande capital*".

⁷ “Com base na produção capitalista, o dinheiro — aqui considerado expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou em mercadorias — pode ser convertido em capital e, mediante essa conversão, deixar de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo. Ele produz lucro, isto é, permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, de mais-produto e mais-valor, e de apropriar-se desse trabalho. Com isso, ele obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso

décadas, um papel central no ordenamento econômico, engendrando sua lógica nas estruturas social e política (Chesnais, 2005). As profundas expansões sofridas pelo capitalismo — que, por sua vez, foram objeto da análise teórica de Marx — não alteram de forma significativa as tendências essenciais da ordem burguesa. Todavia, para a apreensão dessas características, situadas no estágio imperialista, apresenta-se como fundamental a percepção de que é “no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista” (Marx, 2017, p. 599).

Com efeito, a financeirização contemporânea representa uma reconfiguração estrutural do capitalismo, na qual a esfera financeira subordina a produção material à sua lógica de valorização. O capital portador de juros, conforme analisa Chesnais (2005), assume um papel de dominação no capitalismo tardio, atuando como elemento estruturador das relações econômicas. Sua especificidade reside na capacidade de valorização aparentemente autônoma⁸ em relação aos capitais funcionantes (capital-produtivo e capital-mercadoria), operando por meio de mecanismos como juros, dividendos e ganhos especulativos. Essa preponderância se consolida através de um sistema internacionalizado de transferência de valor, no qual países periféricos ficam submetidos a uma lógica de extração financeira permanente. Apresentamos o ponto de vista de Mandel (1982) para melhor expressar essa compreensão:

A internacionalização do controle do capital, a verdadeira centralização do capital, sempre implica uma transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários de capital para outros. Aqui também prepondera a lei do desenvolvimento desigual e combinado. A centralização internacional do capital não é necessária nem mecanicamente congruente com a internacionalização da produção, de produtores ou da venda de mercadorias. Somente quando a internacionalização da produção leva à internacionalização da propriedade

consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria” (Marx, 2017, p. 519).

⁸ “Mas é no capital portador de juros que aparece consumada a ideia do fetiche do capital, a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho — e, além disso, fixado como dinheiro — a capacidade de criar mais-valor em progressão geométrica por meio de uma misteriosa qualidade inata, como um puro autômato [...] Sabe-se, em contrapartida, que na realidade a conservação e, portanto, também a reprodução do valor dos produtos do trabalho pretérito são apenas resultado de seu contato com o trabalho vivo; além disso, que o comando que os produtos do trabalho pretérito exercem sobre o mais-trabalho vivo só dura enquanto subsiste a relação do capital, quer dizer, a relação social determinada em que o trabalho pretérito se confronta de modo independente e onipotente com o trabalho vivo” (MARX, 2017, p. 609)

do capital — em outras palavras, a uma alteração internacional da propriedade do capital — é que realmente podemos falar de uma internacionalização do controle do capital. A infra-estrutura material que possibilita ao capital exercer um controle real *só foi criada pela terceira revolução tecnológica* com seu telex [sistema de comunicação], seus jatos e seus outros produtos característicos (Mandel, 1982, p. 229-230 - grifos nossos).

Para explicar essa transformação, Chesnais (2005, p. 38) identifica três processos fundamentais que se reforçam mutuamente e que constituem a mundialização financeira. O primeiro é a desregulamentação ou liberalização financeira, que representa a remoção deliberada de controles estatais sobre os fluxos de capital — processo iniciado decisivamente pelos governos dos Estados Unidos e Reino Unido entre 1979 e 1981. O segundo é a descompartimentalização, que dissolve as fronteiras entre diferentes mercados financeiros nacionais e integra os sistemas bancários locais em um único espaço global, permitindo a livre circulação de capitais especulativos. Por fim, a desintermediação financeira, que transfere o poder creditício dos bancos tradicionais para investidores institucionais — como fundos de pensão e *hedge funds* —, criando as condições para o surgimento de instrumentos financeiros cada vez mais complexos e desvinculados da economia real.

A essa reconfiguração corresponde uma nova forma de propriedade, que Chesnais (2005, p. 48) denomina “propriedade patrimonial”. Sua característica central é a exterioridade em relação ao processo produtivo, orientando-se exclusivamente para a obtenção de rendimento. Seus agentes — os acionistas — penetram no âmbito das empresas transnacionais como detentores de ações que atribuem poder decisório sem, no entanto, participarem da produção, usufruindo apenas da mais-valia gerada. Paralelamente, esses mesmos agentes possuem títulos da dívida pública, o que confere ao grupo capitalista uma centralização de capitais capaz de ditar os rumos tanto das empresas quanto do Estado. Atuando principalmente no mercado secundário de ações e títulos, onde se busca valorização de ativos já emitidos sem financiar diretamente a produção, orientam-se por uma racionalidade financeira de curto prazo.

Essa lógica se traduz na proposição de uma agenda de austeridade fiscal — política que prioriza o econômico em detrimento do social — materializada em contrarreformas trabalhistas e previdenciárias (Behring, 2003). No âmbito das empresas, manifesta-se nas diretrizes de descentralização da produção,

fragmentando e desarticulando a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se busca força de trabalho onde ela se encontra mais barata, em países com legislação mais flexibilizada, ampliando a fatia da mais-valia extraída em nome da rentabilidade exigida pelos acionistas.

A lógica engendrada a esse movimento é o que Chesnais (2005, p. 60) qualifica como a hipótese da "insaciabilidade das finanças", o capital financeiro demonstra uma necessidade constante e ilimitada de expansão e acumulação, nunca se satisfazendo com o montante já acumulado. Essa insaciabilidade se manifesta na incessante busca por valorização por meio da especulação, da criação e circulação contínua de ativos financeiros e da ampliação da propriedade patrimonial — cujo objetivo central é a maximização do rendimento financeiro. Tal dinâmica implica que a finança não opera apenas como instrumento de financiamento da economia produtiva, mas como uma força aparentemente autônoma que exige crescimento permanente, condicionando a economia global a um ciclo incessante de acumulação financeira. Essa condição estrutural gera instabilidade crônica e crises recorrentes, dada a desproporção entre o capital financeiro em expansão e a economia real produtiva.

Harvey (2011) identifica esse processo como uma "virada" histórica ocorrida após a crise estrutural do início dos anos 1970, quando o capital buscou novas formas de acumulação fora da esfera produtiva, voltando-se de forma cada vez mais agressiva para os circuitos financeiros e especulativos. Para a classe trabalhadora, isso significou o aprofundamento da precarização, o ataque aos direitos conquistados no pós-guerra e a generalização do endividamento como forma de sobrevivência. Antes mesmo da crise de 2008, Harvey (2011) já apontava que os salários dos trabalhadores nos EUA e em boa parte do capitalismo central estavam estagnados desde a década de 1970, mesmo com o aumento significativo da produtividade. Para sustentar o consumo e evitar que a demanda por mercadorias desabasse, a saída encontrada pelo capital foi o incentivo massivo ao endividamento das famílias — o crédito passou a funcionar como compensação da renda, criando uma base artificial para o consumo.

Os países dependentes foram ainda mais submetidos à lógica do capital internacional, frequentemente obrigados a reestruturar suas economias segundo os ditames dos mercados financeiros e das agências multilaterais, agravando sua herança perversa — externas e internas. Behring e Boschetti (2011, p. 148)

destacam que “ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita, bem como nos meios políticos e intelectuais brasileiros, uma avassaladora campanha em torno das reformas”. Assim, a financeirização aparece como uma estratégia de recomposição do poder do capital que redistribui os custos da crise para a classe subalterna.

A tarefa teórica, portanto, consiste em desvelar, sob a aparência “técnica e autônoma” dos mercados financeiros, as relações de classe que os atravessam — relações que, no capital portador de juros, encontram sua expressão mais acabada e, ao mesmo tempo, mais mistificada.

1.3. O mercado de trabalho na particularidade brasileira.

Iniciamos este tópico com o objetivo de demarcar as características elementares da formação social brasileira, sua gênese e o decurso histórico que plasmaram a constituição do mercado de trabalho. Para tanto, as bases teórico-metodológicas que orientaram nossa exposição inicial partem dos enunciados de Gorender (2016, p. 22 – grifos do autor), ao afirmar que “o modo de produção da existência material constitui o *fundamento ontológico* da sociedade humana”. Nessa perspectiva, em diálogo com o prefácio de 1859 dos Manuscritos de Marx, Gorender (2016) defende a hipótese de um modo de produção historicamente novo. Pode-se considerar, nesse sentido, que as relações sociais de produção escravistas coloniais estruturam a especificidade da formação social brasileira (Moura, 2020).

A extensão e a crítica acerca das elaborações de Gorender (2016) e Moura (2020) permite-nos aproximar da composição das classes fundamentais no período da gênese da formação social. Trata-se do desenvolvimento econômico, necessariamente ligada à divisão social do trabalho, que estruturam as formas de produção e reprodução. Conforme Moura (2020 p. 33) o “componente estrutural mais importante [são] as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam”.

Esse processo histórico que produziu o escravismo e o colonialismo é examinado por Marx (2013) por meio da categoria da *acumulação primitiva de*

*capital*⁹. Cabe, ainda, delimitar os períodos históricos do modo de produção escravista, como se pode constatar na seguinte passagem:

[...] A escravidão teve duas fases distintas não apenas no seu aspecto demográfico, mas também no social, econômico, político e cultural. Uma fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravos. Outra descendente, de desagregação paulatina. Começa com a Lei Eusébio de Queirós, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo o seu desaparecimento efetivo. A esses dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com a dinâmica específica de cada um chamamos, respectivamente, de *escravismo pleno* e *escravismo tardio*. Na primeira fase (e devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização), estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham a sua conduta e seleção de valores sociais subordinadas a essa dicotomia básica. (Moura, 2020, p. 31-32 - grifos do autor)

Segundo Moura (2020), a periodização justifica-se: primeiro, porque houve modificações regionais importantes a partir do final do primeiro período, embora sem alteração estrutural; segundo, porque o sistema escravista não foi homogêneo ao longo de seus quatro séculos, sofrendo transformações internas e externas que se tornaram mais visíveis com o tempo. O próprio autor delimita sua periodização nos seguintes termos:

Objetivando precisar mais a forma como a escravidão no Brasil transcorreu, tentamos uma periodização da mesma, deixando o estabelecimento da delimitação das áreas regionais e suas diferenças e os níveis de dinamismo (regionalização) para possível trabalho posterior. Nessa tentativa de periodização dividimos o escravismo brasileiro em duas fases fundamentais: 1) Escravismo pleno (1550 aproximadamente, 1850). 2) Escravismo tardio (1851-1888). (Moura, 2020, p. 40)

Assim, sucedeu a formação social brasileira, sobretudo a constituição da burguesia nascente industrial, ao lado da burguesia agrária e a classe subalterna, trabalhadora¹⁰. Ianni (1987) debruçou a análise desse período de transição, do modo

⁹ “A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (Marx, 2013, p. 821).

¹⁰ “A imposição da coerção violenta extraeconômica sobre os povos originários e os cativos africanos, o predomínio da monocultura da plantagem para atendimento das necessidades econômicas da emergente Revolução Industrial na Europa e a constituição de uma classe dominante sem projeto nacional e soberano [...]. A tardia abolição da escravatura e a manutenção de condições precárias de trabalho e vida dos então trabalhadores libertos são determinantes para a atual estrutura racial desigual e hierárquica do trabalho. Não só não houve reparações por anos de opressão, como estes

de produção escravista colonial a gênese do capitalismo depende.

De modo geral, o desenvolvimento econômico-social brasileiro foi marcado, em primeiro lugar, pela exclusão da população negra do acesso à terra com a Lei n.º 601 de 1850, medida que consolidou a marginalização dos ex-escravizados e da população livre. Conforme analisado por Moura (2020, p. 107): "se de um lado [a lei] democratizava as possibilidades da sua aquisição mediante compra ao governo, de outro, o que provocou na prática foi uma barreira real para os ex-escravos, após a Abolição, adquiri-las".

Nesse contexto, a política imigratória ganhou força como alternativa à mão de obra escrava, destinando o trabalho assalariado "livre" prioritariamente aos imigrantes europeus, que vieram para trabalhar na principal atividade econômica do período — o café. Como afirmou Sueli Carneiro em entrevista, os imigrantes europeus foram os primeiros "cotistas"¹¹. Ianni (1987, p. 37) descreve esse período, denominando-o de "fome de braços", e afirma: "o governo tomará o assunto a seu cargo, limitando-se a fazer propaganda nos países imigratórios e pagando o transporte dos imigrantes até o Brasil".

A síntese desses processos tipifica a análise ontológica da realidade brasileira. Sua organização da produção econômica, de caráter escravista e colonial, contou com uma forma particular de organização sociocultural que sustentou as relações sociais e permitiu a sua reprodução. Dessa forma, a estrutura produtiva foi transformando a indústria e o campo, ajustando também o Estado, bem como o desenvolvimento histórico das categorias que compõem e forjam a formação social brasileira. A partir do trabalho — em suas dimensões objetiva e subjetiva — condicionou-se a composição do mercado de trabalho¹², que passou a depender dos mandos do imperialismo monopolista. É desse percurso que se deu os nexos da

trabalhadores não foram devidamente incluídos na ordem social competitiva do capitalismo nascente do início do século XX" (Ribeiro, 2022, p. 169).

¹¹ Em uma entrevista no podcast de Mano Brown, a filósofa Sueli Carneiro, ao debater a política de cotas, destacou que os primeiros "cotistas" do Brasil foram os brancos europeus, que receberam diversos incentivos do governo para migrarem para o país. Ela faz referência ao artigo "Os cotistas desagradecidos", escrito por Tau Golin. Ver: CARNEIRO, Sueli. Mano Brown. Sueli Carneiro. Mano a Mano. São Paulo: Spotify, 26 de maio de 2022. Podcast.

¹² "Através do negro e do indígena (e de remanescentes de aglomerados de 'homens pobres livres', que vegetavam sob a economia de subsistência) as sequelas da colônia e da sociedade escravista iriam sobreviver e alimentar o subdesenvolvimento. Os trabalhadores brancos (imigrantes e nacionais) forjaram, dentro de pouco mais de um quarto de século, o trabalho livre como categoria histórica. Os demais foram alijados naturalmente desse processo e das vantagens dele decorrentes. Ficaram segregados. Só que os negros viviam dentro dos muros da cidade e não participavam de seus dinamismos, a não ser como exceção que confirma a regra" (Fernandes, 1989, p. 81).

revolução burguesa no Brasil¹³, que consolidou-se a partir do golpe de 1964 (Netto, 2017).

O Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, *aprofundadas a heteronomia e a exclusão*. Tal Estado concretiza o pacto contra revolucionário exatamente para assegurar o *esquema de acumulação* que garante a prossecução de tal padrão, mas, isto é crucial, readequando-o às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte, o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista, que se modificava acentuadamente no curso da transição dos anos 1950 aos 1960. Readequado, *aquele esquema é definido em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas*. O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade *assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade para competir) (Netto, 2017, p. 27-28 - grifos do autor).

Esse novo decurso na estrutura da economia brasileira, ancorado no desenvolvimento dependente e associado consolidado pós-1964, redefiniu o papel do Estado e aprofundou as contradições no interior do mundo do trabalho. A crise estrutural do capital, manifestada desde os anos 1970, impulsionou um processo de reestruturação produtiva que respondeu à queda da taxa de lucro e ao esgotamento do padrão taylorista-fordista (Antunes, 2009). Essa resposta operou na superfície da crise, preservando os pilares do capital e introduzindo mecanismos de flexibilização, desregulamentação e precarização da força de trabalho. Para Antunes (2009), o resultado desse movimento é a expansão do desemprego estrutural, a degradação das condições laborais e a ofensiva generalizada do capital contra os direitos sociais conquistados no período anterior.

As transformações no mundo do trabalho contemporâneo consolidam um novo patamar de exploração do trabalho, sintetizado no fenômeno da uberização. Abílio (2020) argumenta que a uberização generaliza uma tendência já em curso, a redução do trabalhador a um autogerente subordinado que assume integralmente os riscos e custos de sua atividade e é acionado na exata medida das demandas do

¹³ Sobre os nexos da revolução burguesa no Brasil, Moura (2020) aponta que a transição do escravismo para o capitalismo não se deu por dinâmica interna autônoma, mas pela superposição de relações capitalistas dependentes, impostas do exterior pelo capital monopolista inglês, que dinamizou setores da economia sem, contudo, romper com a estrutura arcaica de dominação. Como ele mesmo afirma, "[...] superpostas às relações de produção escravistas, implantam-se do exterior relações capitalistas dependentes" (MOURA, 2020, p. 123).

mercado. Nesse regime, as mediações protetivas do trabalho desaparecem. Não há jornada definida, nem remuneração garantida pelo tempo de espera ou disponibilidade. O controle sobre o trabalhador é exercido por algoritmos, plataformas digitais e pela própria multidão de consumidores, que atuam como fiscais da produtividade. Segundo a autora, o trabalhador uberizado "é avaliado pelos consumidores, ranqueado continuamente, e sabe da competição, que só tende a aumentar; mas não tem certeza sobre como esse ranqueamento funciona: as regras não são claras, ainda que constantemente operantes" (Abílio, 2020, p. 118). Nesse cenário, a exaltação da figura do empreendedor serve de lastro ideológico para a consolidação da uberização, processo que converte a suposta autonomia em uma forma de autogerenciamento subordinado, no qual o trabalhador assume integralmente os riscos e custos que antes pertenciam ao capital (Abílio, 2020).

A uberização, embora potencializada pelas inovações tecnológicas, dialoga com processos históricos mais amplos da formação social brasileira, atualizando o que Netto (2017, p. 26) identifica como "as piores tradições da nossa sociedade — a heteronomia e a exclusão". Abílio (2020) destaca que essa dinâmica se articula com a herança do trabalho informal, da terceirização e da ausência de proteção social que sempre marcaram a periferia do capitalismo. O motoboy, o entregador ou o motorista de aplicativo expressam contemporaneamente uma classe trabalhadora que sempre viveu a instabilidade como regra.

O mercado de trabalho na particularidade brasileira, forjado na herança do escravismo colonial e reatualizado pelas contrarreformas implementadas a partir dos anos 1990, encontra na uberização¹⁴ seu desdobramento mais radical. Esse processo não supera a dualidade estrutural entre formalidade e informalidade, mas a

¹⁴ No artigo "Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia", da pesquisadora Ludmila Costhek Abílio, evidencia-se que a uberização é uma síntese que abarca uma série de processos de controle, gerenciamento e organização do trabalho. O início do artigo é bastante didático e aproxima o leitor da forma como o conceito de uberização sofre um alargamento — dos motoboys aos médicos. Abílio (2021, p. 935) "Dando a partida. Marília é médica. Atualmente, trabalha para alguns dos melhores hospitais privados da cidade de São Paulo e quicá do país. Na linha de frente da pandemia, trabalha 7 dias por semana, 16 horas por dia. Há anos, as longas jornadas sem dia de descanso são o normal para ela. No último ano, lembra-se de ter tirado 5 dias de folga. Distante das plataformas digitais e dos trabalhadores da base da pirâmide social brasileira, ela pode ser definida como uma trabalhadora uberizada? A trabalhadora tem a condição de prestadora de serviços — podendo também ser tomada como um exemplo claro da chamada "PJotização do trabalho". O enfoque que nos possibilita reconhecer nessa relação a uberização mira nas formas de controle e gerenciamento, que ora concorrem ora se apropriam de outras formas de terceirização do trabalho. De saída, não se trata da superação de um modelo por outro, mas da eficaz combinação de diversos elementos que potencializam as formas contemporâneas de exploração do trabalho."

radicaliza, submetendo vastos contingentes da classe trabalhadora a um regime de exploração em que o trabalhador é simultaneamente responsável por sua própria subsistência e inteiramente subordinado aos imperativos do capital.

1.4. O empreendedorismo como resposta ideológica do capital

A publicização do empreendedorismo expressa uma necessidade objetiva do capital, a de forjar no plano da consciência a legitimação de um padrão de exploração que transfere ao trabalhador os riscos e custos da produção. Ao exaltar a figura do indivíduo que "cria seu próprio negócio"¹⁵, a ideologia empreendedora converte a precarização estrutural em suposto mérito pessoal e a subordinação intensificada em "autonomia".

A literatura sobre o tema é marcada pela heterogeneidade das áreas do conhecimento que trataram do termo, desde a economia, que constitui sua primeira definição teórico-conceitual na obra de Schumpeter, deslocando-se pela psicologia, administração e sociologia (Filion, 1999). Com efeito, diversas pesquisas têm como objetivo, por vezes, sistematizar uma vocação¹⁶ para a inovação por meio da criatividade e da habilidade de identificar oportunidades de negócio.

Valentim e Peruzzo (2017) apresentam as principais formulações do conceito na obra schumpeteriana e destacam que, diferentemente de seus antecessores¹⁷ Schumpeter confere à inovação na atividade empreendedora um vetor central, uma vez que ela é capaz de modificar o comportamento do mercado e dos consumidores.

¹⁵ A aspiração de possuir um pequeno negócio antecede a recente difusão da ideologia empreendedora e já encontrava expressão no rap brasileiro do início dos anos 2000. Na canção *A Vida é Desafio*, Mano Brown sintetiza esse imaginário ao afirmar que "o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco".

¹⁶ O uso do termo "vocação" remete à elaboração weberiana, na qual a atividade científica — e, por extensão, toda prática orientada pela racionalidade moderna — exige um chamado interior sustentado por especialização, disciplina e inspiração. Weber enfatiza que "jamais um indivíduo poderá ter a certeza de alcançar qualquer coisa de valor verdadeiro [...] sem possuir uma rigorosa especialização" e que, apesar da paixão, "a inspiração só ocorre após esforço profundo" (Weber, 1968, p. 25).

¹⁷ "O debate teórico-conceitual do empreendedorismo é particularmente evidenciado no campo da Economia, tendo sido introduzido por Richard Cantillon (1755), em seu livro *O ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Nesta obra, os empreendedores são apresentados como pessoas que aproveitam as oportunidades, assumindo os riscos inerentes às atividades econômicas; que pagam um preço determinado por um produto, para o vender a um preço incerto, ou seja, um especialista que está disposto a correr riscos (FILION, 1999). Foi a partir deste primeiro esforço teórico que o empreendedorismo se torna objeto de várias definições na Economia, a exemplo das elaborações de Adam Smith (1776), Jean Baptiste Say (1816), Jonh Stuart Mill (1848), Carl Menger (1871), tendo Joseph Schumpeter (1934) operado uma maior construção teórica sobre sua definição conceitual" (Valentim, Peruzzo, 2017, p. 103).

Ao criar novos produtos, o empreendedor atrai investimentos de capital e amplia a oferta de empregos e, na medida em que tais inovações se generalizam no mercado, ocorre uma desaceleração da taxa de crescimento da economia. Assim, segundo as autoras, “os períodos entre a prosperidade e a recessão do capitalismo representariam obstáculos transitórios [...] enquanto não se inicia a abertura de um novo ciclo de prosperidade pela ação dos empreendedores” (Valentim e Peruzzo, 2017, p. 104).

Nesse quadro, destacam-se três elementos centrais: a inovação, o crédito necessário para financiá-la e a figura do empreendedor-empresário. Não há dúvidas quanto à contribuição do empreendedorismo para a reprodução da classe trabalhadora¹⁸; no entanto, torna-se necessário apreender os elementos de contradição¹⁹ que se encontram ocultos nessa ideologia. A obra schumpeteriana, como já indicada, constitui a principal plataforma conceitual das formulações contemporâneas sobre o empreendedorismo, na medida em que estas retomam, em maior ou menor grau, seus fundamentos teóricos. Desse modo, serão apresentados os principais conceitos com o objetivo de apreender de que forma tais elaborações são mobilizadas na bibliografia atual. Schumpeter (1997) fundamenta sua análise isolando o fato econômico de raízes sociais e políticas²⁰, tratando-o como um sistema lógico-causal independente. Para o autor, se a origem de um movimento de

¹⁸ É necessário distinguir as históricas estratégias de reprodução da vida desenvolvidas pelas classes subalternas da ideologia contemporânea do empreendedorismo. O trabalho por conta própria, o comércio ambulante e a venda de alimentos constituem práticas muito anteriores ao capitalismo tardio e, no caso brasileiro, remontam ao período colonial. As baianas do acarajé ilustram esse processo. Conforme registra Carmen Rial (2005), apoiando-se em Costa Lima, o acarajé já era descrito há cerca de duzentos anos como uma “iguaria vendida a pregão nas ruas da Bahia”, sendo também “o mesmo prato que se oferecia às divindades nagôs” (Rial, 2005, p. 15). Não se trata, portanto, de reconhecer nessas trabalhadoras uma forma originária de “empreendedorismo”, mas de compreender que o recurso ao trabalho por conta própria sempre integrou as estratégias de reprodução da classe subalterna, especialmente da população negra e indígena. A especificidade do capitalismo tardio reside na apropriação dessas práticas como modelo ideal, amplamente publicizado pela classe dominante. Sobre a atuação econômica das mulheres em Minas Gerais durante o ciclo da mineração, ver Luciano Figueiredo (2004), *Mulheres nas Minas Gerais*.

¹⁹ “Essa contradição se materializa na realidade brasileira, onde o “espírito empreendedor” frequentemente mascara uma “peleja exaustiva” pela sobrevivência. Dados do GEM Brasil (2019) indicam que a imensa maioria desses indivíduos opera pequenos negócios familiares, sem empregados ou inovação tecnológica, com rendimentos anuais inferiores a R\$ 24 mil. Assim, a ideologia empreendedora captura o anseio por conforto e reconhecimento social, vinculando o trabalhador aos valores capitalistas em um cenário de incerteza e competição, ainda que tais expectativas raramente se efetivem na realidade” (Ferraz; Ferraz, 2022, p. 108).

²⁰ Schumpeter (1997, p. 69) reforça essa delimitação ao fundamentar seu conceito de “racionalidade” na perspectiva de Max Weber. Para o autor, o tratamento empírico da economia deve afastar-se de interpretações metafísicas ou de um “sentido” pré-determinado da história, restringindo a ciência ao campo dos fatos lógicos. Ao equiparar o racional ao empírico, ele isola o fenômeno econômico de condicionantes externos, tratando o desenvolvimento como um processo que surge de dentro da própria estrutura, por sua própria iniciativa

preços reside em regulamentações políticas, ela foge ao conceito de fato “puramente econômico” (Schumpeter, 1997, p. 25).

Nessa direção, o autor edifica sua análise do fluxo circular²¹, onde a vida econômica é representada por um grupo especializado em negócios, isto é, os homens de negócios. No fluxo circular apresentado no primeiro capítulo, a economia encontra-se em equilíbrio: produção e consumo repetem-se de forma sincronizada, sem estoques permanentes ou descompassos entre esforço e satisfação. Cada indivíduo possui um sistema de valores estável que orienta suas decisões, e os preços resultam da pressão dessas valorações individuais. Nesse estágio, não há excedente: todos os rendimentos são absorvidos a título de salário ou renda dos agentes naturais. É precisamente essa estabilidade — comparada à rotina do agricultor, onde cada período repete essencialmente o anterior — que mantém os agentes nos “grilhões de ferro” da repetição (Schumpeter, 1997, p. 26). Esse equilíbrio só seria rompido por uma força externa — o empreendedor. Ao introduzir novas combinações — como novos produtos, métodos ou organizações —, ele desequilibraria o sistema, criaria o lucro e inauguraria, efetivamente, o processo de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, Schumpeter, sem abdicar da contribuição dos economistas clássicos²², propõe que o desenvolvimento econômico deve ser distinguido do processo de crescimento. Para o autor, o simples incremento, crescimento da economia, demonstrado pelo aumento da população e da riqueza, não constitui, portanto, o desenvolvimento propriamente dito, uma vez que não gera fenômenos qualitativamente novos, mas apenas processos de adaptação das mudanças econômicas-sociais. Essa capacidade de ajuste, que permite a “uma pequena firma varejista” transformar-se em uma grande loja de departamentos por meio de inúmeras etapas pequenas, está situada no âmbito da análise “estática”²³ (Schumpeter, 1997, p. 73). Dessa forma, o autor argumenta que os instrumentos teóricos tradicionais são eficazes para analisar as consequências de mudanças nos

²¹ “[...] Do ponto de vista do ‘fluxo circular’, correndo essencialmente pelos mesmos canais, ano após ano — semelhante à circulação do sangue num organismo animal” (Schumpeter, 1997, p. 72).

²² Schumpeter (1997, p. 71) observa que a economia tradicional tratou o “progresso” como algo enraizado nos dados externos que apenas “exerce uma influência” sobre a produção e a distribuição. O autor critica a “sociologia econômica” de Adam Smith e o “prognóstico hipotético” de Ricardo por considerarem o progresso como algo não-econômico, tratando as inovações apenas como “perturbações” do equilíbrio estático e ignorando o mecanismo interno da mudança.

²³ “Mas a análise ‘estática’ não é apenas incapaz de predizer as consequências das mudanças descontínuas na maneira tradicional de fazer as coisas; não pode explicar a ocorrência de tais revoluções produtivas nem os fenômenos que as acompanham” (Schumpeter, 1997, p. 74).

dados externos — como condições naturais, guerras ou alterações na política comercial —, mas esses recursos falham "quando a vida econômica em si mesma modifica seus próprios dados de tempos em tempos" (Schumpeter, 1997, p. 74).

É fundamental notar que, para o autor, a função do empreendedor não se confunde com a do inventor, pois enquanto a invenção é economicamente irrelevante até ser praticada, a liderança econômica consiste no "assumir as coisas" e imprimir a inovação no corpo social (Schumpeter, 1997, p. 94). Além disso, a motivação do empreendedor-empresário²⁴ não possui caráter hedonista, sendo impulsionada pelo "desejo de fundar um reino privado", pela "vontade de conquistar" e pela "alegria de criar" (Schumpeter, 1997, p. 97-98). Importa ressaltar, ainda, que o autor utiliza a nota de rodapé 84 para explicitar tais características acerca da conduta do empreendedor, reforçando que esses impulsos subjetivos são o que verdadeiramente sustentam a ruptura com a rotina econômica.

Portanto, essa base teórica, ao isolar o fato econômico de suas raízes sociais, estabelece o terreno para que, no capitalismo atual, a capacidade de inovação do empreendedor seja reconfigurada pelo capital como uma tática de enfrentamento à organização coletiva da classe trabalhadora. Nesse contexto, o incremento tecnológico e a automação dos processos produtivos atuam na redução de postos de trabalho formais, convertendo o desemprego estrutural — próprio da dinâmica da lei geral da acumulação capitalista — em um motor para a expansão da ideologia empreendedora. Nesse sentido, a "vontade" e a "autoridade" identificadas no tipo empreendedor são redimensionadas como ferramentas de convencimento e manipulação ideológica, onde o desenvolvimento, antes visto como uma "vocação interna" nos termos weberianos, passa a operar como uma ideologia voltada ao ocultamento das questões de classe. Nessa direção, o modo de produção capitalista constantemente recria as bases de sua própria continuidade, estabelecendo, nos âmbitos social, político e econômico, práticas e relações que servem aos seus interesses de perpetuação e expansão (Lukács, 2013).

²⁴ "Portanto, a realização de combinações novas é ainda uma função especial, e o privilégio de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm a possibilidade 'objetiva' de fazê-lo. Portanto, finalmente, os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos" (Schumpeter, 1997, p. 89-90).

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (Schumpeter, 1997, p. 74).

Resulta daí uma nova concepção de desenvolvimento, *as novas combinações* que Schumpeter confere à figura do empreendedor (ou empresário, termo que o autor utiliza para designar aquele que exerce a função de liderança econômica). Para o autor, produzir significa "combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance", e o desenvolvimento é definido especificamente pela realização dessas novas combinações que aparecem no cotidiano (Schumpeter, 1997, p. 76). Essa função empresarial-empREENDEDORA não se limita à invenção tecnológica, mas abrange cinco casos fundamentais: a introdução de um novo bem ou nova qualidade; um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas e o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria (Schumpeter, 1997). O empreendedor, portanto, não é necessariamente aquele que corre o risco — papel que cabe exclusivamente ao proprietário dos meios de produção ou de quem fornece os meios de pagamento necessários para adquiri-los —, mas aquele que conduz a produção para novos canais, hábitos e métodos. Essa liderança rompe com a rotina do fluxo circular e baseia-se mais na "vontade" e na "autoridade" do que em ideias originais (Schumpeter, 1997, p. 93-94). Sob o ponto de vista de Valentim e Peruzzo (2017, p. 117),

A exaltação da ideologia empreendedora no capitalismo atual pode ser explicada pela funcionalidade que suas características centrais adquirem no contexto de desemprego estrutural e da necessidade de manutenção da hegemonia burguesa. Da mesma forma que Schumpeter constrói a figura do empresário desvinculada das classes sociais, apresentando o empreendedorismo como função, na contemporaneidade, os diversos discursos do empreendedorismo também afirmam o empreendedor como um indivíduo que se coloca acima da questão de classe – de ser um trabalhador, ou de ser um capitalista (Valentim, Peruzzo, 2017, p. 117).

Análise da ideologia empreendedora, a partir dos fundamentos schumpeterianos e de sua apropriação crítica, constitui o ponto de partida para a compreensão das respostas ideológicas do capital diante de sua crise estrutural. Nessa direção, o próximo tópico examina a concepção lukacsiana de ideologia e estranhamento, categorias centrais para a apreensão do fenômeno ideológico em sua complexidade histórico-ontológica.

1.5. Lukács: os fundamentos da ideologia e do estranhamento no complexo do ser social.

Segundo Lukács, as categorias que estruturam o ser social - trabalho, reprodução, ideal e ideologia -, são definidas como “as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, suas articulações com estas, sua distinção em relação a elas [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 41). Em outras palavras, é possível compreender, acompanhando a passagem da orelha do livro assinada por Ricardo Antunes:

[...] Não há trabalho sem reprodução da vida social, o passo seguinte dos complexos sociais do ser foi desvendar o tema da reprodução societal, sem o qual a socialidade humana estaria obstada. A divisão social, a educação, a fala, a alimentação, a sexualidade e o direito, dentre tantos outros elementos vitais para a efetividade do ser social, são tratados aqui a partir de uma ontologia singularmente social e humana. Trabalho e reprodução tornam-se intrinsecamente interrelacionais, recusando-se qualquer dualismo. Indicadas essas duas categorias sociais determinantes do ser, Lukács oferece a efetiva compreensão da ontologia do momento ideal – e, dentro desta, do problema crucial da ideologia. Aqui, bastaria dizer que, contraditando a quase totalidade do marxismo que reduziu o problema da ideologia a sinônimo de falsa consciência (concebida equivocadamente, de modo hiperdimensionado e isolado), Lukács recuperou o autêntico sentido humano positivo dado pelo momento ideal, que não apenas desempenha como é responsável por atitudes, ações e mudanças humanas decisivas, das quais as revoluções são exemplares. Para Lukács, a falsa consciência é, portanto, um momento do complexo ideal e da ideologia, e não sinônimo desta. Assim, o quarto complexo categorial volta-se para compreender o intrincado fenômeno social do estranhamento que desefetiva o ser social. Com a vigência do mundo da mercadoria em sua espectral objetividade, o estranhamento, que nada tem de “natural”, torna-se um fenômeno social decisivo para a modernidade e sua superação. (Ricardo Antunes, 2013)

É a partir desse arcabouço categorial que Lukács (2013) inicia sua reflexão, no capítulo da intitulada *O problema da Ideologia*, partindo de uma observação de Gramsci sobre a ambiguidade do termo ideologia. No entanto, seu objetivo não é analisar a teoria gramsciana, mas utilizá-la como um ponto de partida crítico para, em seguida, superar o que considera uma limitação na discussão e apresentar sua

própria conceituação²⁵, *tertium datur* [terceiro caminho], fundada na ontologia do ser social. Ele reconhece em Gramsci o mérito de articular claramente a dupla acepção do termo – tanto como superestrutura necessária, quanto como representação arbitrária e pejorativa.

A crítica de Lukács, porém, centra-se no fato de que essa contraposição entre o "necessário" e o "arbitrário" é insuficiente e abstrata, pois ainda carece de um critério ontológico sólido para definir o que torna uma ideologia necessária²⁶. É precisamente essa lacuna que Lukács se propõe a preencher. Sua tese central é que o que define a ideologia não é seu conteúdo de verdade ou falsidade, nem sua mera oposição a elaborações individuais arbitrárias, mas a *função social específica*²⁷ que ela desempenha no cotidiano. Para ele, a ideologia é, sobretudo, "a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir" (Lukács, 2013, p. 465). Isto significa que a ideologia é o meio indispensável através do qual os homens tomam consciência dos conflitos e contradições da sua vida social e se organizam para enfrentá-los, seja para conservar a ordem existente, seja para transformá-la radicalmente. Na construção desse argumento, o autor cita Marx em sua célebre passagem que afirma que as formas ideológicas (jurídicas, políticas, artísticas, filosóficas) são as formas nas quais os homens se tornam conscientes de um conflito econômico fundamental e o levam adiante.

Seu movimento teórico é ampliar o alcance dessa definição. Ele argumenta que não existe uma "muralha chinesa" intransponível separando os grandes momentos de crise revolucionária do funcionamento cotidiano da sociedade. Para

²⁵ "Os homens enredados em conflitos geralmente agem, antes, de modo espontâneo, motivados diretamente pelo que chamamos de a ontologia da vida cotidiana. Mas como surge esta? Indubitavelmente são decisivas nela as vivências primordialmente imediatas dos homens. O seu conteúdo e a sua forma, contudo, são influenciadas em ampla medida pelas ideologias [...]" (Lukács, 2013, p. 561).

²⁶ "Não é só a luta constante da ciência contra tais ideologias que constitui um fator significativo do desenvolvimento da humanidade; essa luta, muito antes, também é um componente da própria história da ideologia e, precisamente do ponto de vista da ontologia social, trata-se de um componente significativo" (Lukács, 2013, p. 480).

²⁷ "Para poder dar esse passo, precisamos reconhecer que a crítica abstrata aos idola, por mais que trilhe caminhos distintos da crítica gnosiológica, necessariamente tem de restringir-se à análise da verdade ou falsidade de pores singulares (e de suas causas estruturais gerais). Porém, verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos" (Lukács, 2013, p. 467).

Lukács, a mesma lógica que opera numa crise está presente, em germe, no dia a dia. Ele exemplifica isso lembrando que, na própria forma mais simples de troca de mercadorias (M-D-M'), já está contida a possibilidade da crise. Portanto, se a essência da ideologia na *sociedade de classes*²⁸ é ser a forma de consciência de um conflito, e se os conflitos são inerentes à reprodução cotidiana da vida social (e não apenas às revoluções), então a ideologia é uma função permanente e necessária do ser social.

Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no hic et nunc social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade de todos os modos de exteriorização [Äußerungsweisen] humanos pelo hic et nunc do ser-propriadamente-assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia (Lukács, 2013, p. 465).

É na necessidade ontológica objetiva²⁹ que a ideologia se expressa, isto é: a possibilidade concreta de tornar-se ideologia depende, em última análise, da função desempenhada no processo dos conflitos sociais na esteira do desenvolvimento das forças produtivas³⁰. É neste quadro que o significado pejorativo da ideologia ganha forma historicamente, “podendo se manifestar como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos etc., que, no entanto, constituem sempre antes de tudo meios de luta” (Lukács, 2013, p. 465-466). O autor, afirma, também:

²⁸ “A questão principal é, por conseguinte, que o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral. Em síntese: o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes” (Lukács, 2013, p. 472).

²⁹ “Por essa razão, só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais” (Lukács, 2013, p. 480).

³⁰ “Para concretizar mais precisamente esse complexo fenomênico, devemos, antes de tudo, levar em consideração que os pores teleológicos que nele estão em operação surgiram para promover o desenvolvimento econômico e – em última análise, mas só em última análise – nunca desistiram dessa sua missão, mas, desde o princípio, tampouco puderam levá-la a cabo de modo mecanicamente direto, e isso tanto menos quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas. Com efeito, as mais antigas realizações do trabalho, as consequências mais primitivas da incipiente divisão do trabalho já propõem tarefas aos homens, cuja execução exige e mobiliza forças psíquicas de feitio novo, diferentes das mobilizadas pelo processo propriamente dito do trabalho (pense-se no papel da coragem pessoal, da sagacidade inventiva, da cooperação desprendida no caso de alguns trabalhos empreendidos coletivamente). Por isso mesmo, os pores teleológicos que surgem daí estão direcionados – tanto mais decididamente, quanto mais desenvolvida for a divisão social do trabalho – diretamente para o despertar, fortalecer e consolidar desses afetos que se tornaram indispensáveis aos homens” (Lukács, 2013, p. 484).

[...] O pôr teleológico conscientemente produzido (que é, portanto, um momento ideal) *deve preceder ontologicamente à realização material*. No entanto, isso acontece no quadro de uma complexidade inseparável: *do ponto de vista ontológico, não se trata de dois atos autônomos, um ideal e um material*, que estariam vinculados de alguma maneira que, apesar dessa vinculação, cada um poderia preservar sua própria essência, *mas a possibilidade do ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro*. Isso quer dizer que o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo etc., que tem com a realidade material no máximo uma relação de caráter representativo (Lukács, 2013, p. 356, grifos nossos).

Portanto, a ideologia desempenha uma função ontológica – ela *orienta idealmente* essas práticas não econômicas³¹ (que têm como objetivo intervir no comportamento do ser social) no sentido de alterar ou manter as questões que são postas pelo ser-propriadamente-assim. Com efeito, a análise deixa o plano imediato da luta ideológica e avança para o exame da categoria que a funda. Lukács argumenta que as críticas tradicionais à ideologia são abstratas porque analisam as ideias isoladamente, como meramente verdadeiras ou falsas, descoladas da práxis social, historicamente determinada, que as engendra e da função que nelas opera. Para superar essa abstração e compreender concretamente como uma teoria se torna um meio de luta, é necessário uma análise fundamentada ontologicamente.

Isso significa que toda ação humana se refere a uma situação concreta do *ser-propriadamente-assim*, a qual busca-se transformá-la ou preservá-la. Colocando o problema de outra maneira: é no lastro fundamentado ontologicamente se possibilita a eliminação de uma crítica abstrata e, ainda, a compreensão “do ser dos pores teleológicos que visam suscitar em outras pessoas pores teleológicos correspondentes ao fim estabelecido” (Lukács, 2013, p. 467).

Nela se evidencia o que se deve entender por ideologia no sentido mais amplo da palavra, a saber, que a vida de cada homem e, em consequência, todas as suas realizações, sejam elas práticas, intelectuais, artísticas etc., são determinadas, no final das contas, pelo ser social em que o referido indivíduo vive e atua (Lukács, 2013, p. 470).

³¹ “[...] O processo econômico de reprodução, a partir de determinado estágio, não poderia funcionar, nem mesmo economicamente, sem a formação de campos de atividade não econômicos que possibilitem ontologicamente o desenrolar desse processo. Sem sequer aludir aos problemas concretos e essenciais que afloram nesse ponto, já está claro que já estamos falando do âmbito da superestrutura, da ideologia” (Lukács, 2013, p. 397).

Lukács recorre a exemplos históricos para solidificar seu argumento. A astronomia heliocêntrica de Galileu ou a teoria da evolução de Darwin são, em si mesmas, teorias científicas que podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas em seu próprio campo. Elas não são, por sua natureza, ideologias. No entanto, Lukács demonstra que elas se tornaram ideologias no momento preciso em que foram mobilizadas como "meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais" (Lukács, 2013, p. 467). Isto é, quando deixaram de ser apenas descrições do mundo natural e passaram a ser armas para defender ou atacar visões de mundo, projetos societários e relações de poder. O autor evidencia que a mesma teoria darwiniana foi convertida em ideologia tanto por adeptos liberais de Herbert Spencer quanto pelo séquito reacionário do "darwinismo social" no período imperialista. Este duplo uso comprova que a determinação do fenômeno ideológico não reside no conteúdo teórico em si – que permanece o mesmo –, mas na função social contraditória que passa a desempenhar, conformando-se como um meio de luta em antagonismos sociais concretos. Desse modo, confirma-se que a possibilidade de tornar-se ideologia está ontologicamente fundada no *hic et nunc* de um conflito social, independentemente do valor de verdade original do conteúdo mobilizado.

A transformação do pensamento científico em ideologia se dá pelo efeito que ela exerce sobre esse mesmo *hic et nunc*; esse efeito pode ser diretamente intencionado, mas não precisa sê-lo; a passagem de uma ideia para o plano ideológico pode dar-se no trajeto percorrido através de múltiplas mediações, inclusive de tal maneira que só no processo de mediação essa transformação se torne fato (Lukács, 2013, p. 468).

Os elementos cruciais que o autor mobiliza para definir o problema da ideologia foram expostos. A análise, até este ponto, concentrou-se no modo como a função ideológica opera em sociedades estruturadas pelo antagonismo de classes. Lukács, porém, avança para uma investigação ontológica mais ampla: a universalidade da categoria exige que se busque suas manifestações mesmo onde inexistem propriedade dos meios de produção, exploração ou estratificação de classe. Para isso, ele estende sua análise às sociedades primitivas, estágio no qual a mediação ideológica já está presente. O autor examina o período dos coletores e caçadores, demonstrando que, longe de representar uma mera "naturalidade", essas

sociedades já haviam criado uma sociabilidade complexa³². Nesse contexto, comportamentos como coragem, persistência e sacrifício não eram virtudes abstratas ou "ideologias" no sentido posterior, mas imperativos práticos objetivos surgidos das exigências materiais da reprodução social. Para caçar grandes feras e garantir a sobrevivência do grupo³³, tais condutas eram materialmente necessárias.

É aqui que Lukács *identifica a gênese da função ideológica*: estes comportamentos cumpriam o papel de coagular a unidade do grupo e orientar coletivamente sua práxis perante o desafio fundamental da autopreservação. Eles eram o "meio de luta" para a existência coletiva contra a natureza e outros grupos. Com o surgimento das classes, opera-se uma apropriação e ressignificação histórica destes conteúdos. As mesmas "virtudes", que antes serviam à reprodução do todo social, são convertidas pelas classes dominantes em instrumentos ideológicos para justificar e perpetuar seu domínio.

Decisivo para o nosso problema, nesse tocante, é que tudo isso só podia ter sido realizado em formas objetivadas. A esfera de influência dessa socialidade elementar, no entanto, estende-se muito além do que os documentos materiais conseguem mostrar diretamente. Com efeito, por exemplo, a coleta de plantas pressupõe um conhecimento tanto das nutritivas quanto das venenosas, e esse conhecimento já implica a existência de um vocabulário sobremodo rico, porque uma fixação humana do conhecido sempre acontece pela via da nomenclatura; o mesmo ocorre em relação ao conhecimento das espécies, dos costumes, dos modos de vida dos animais etc (Lukács, 2013, p. 474).

Nessa direção, o autor mobiliza algumas categorias ontológicas próprias da estrutura do ser social — a alienação, a objetivação e o trabalho — com a finalidade de captar o desenvolvimento histórico do ser social e suas formas de sociabilidade, ou seja, as formas ideológicas *tinham de estar presentes*, como certa generalização social das normas da ação humana³⁴, mesmo que estas ainda não se impusessem

³² "Portanto, jamais se deve subestimar o acervo linguístico (e, desse modo, o mundo intelectual) de um homem "primitivo"; naturalmente tampouco se deve deixar de perceber, numa atitude de superestimação acrítica da diferenciação aí conquistada e muito disseminada, a primitividade realmente existente, como costuma ocorrer no estruturalismo extremamente aistórico" (Lukács, 2013, p. 474).

³³ "[...] A constante condição de ameaça à sociedade e, por isso, ao homem singular que a constitui, que parte das forças incontroláveis do seu entorno natural. Por essa razão, é mais que compreensível que, no pensamento das pessoas constantemente ameaçadas, vivendo num ambiente incontrolável, analogias objetivamente insustentáveis, projeções objetivamente infundadas sobre a realidade devam desempenhar um papel extraordinariamente relevante" (Lukács, 2013, p. 479).

³⁴ "Por essa razão, nas sociedades primitivas, eles aparecem apenas de modo latente, pelo fato de a condição subdesenvolvida da personalidade singular, determinada primordialmente pelas relações de produção, é reforçada ideologicamente em sua similaridade social pela tradição, educação etc" (Lukács, 2013, p. 479).

de modo antagônico na luta de interesses grupais (Lukács, 2013). Em função disso, as atividades de reprodução social, como a educação, pressupõem normas e comportamentos que necessitavam ser ensinados (pensemos nas habilidades de caça). Para o autor, já havia aí “os primeiros rudimentos para a formação de uma ideologia” (Lukács, 2013, p. 475). Nas primeiras formas de sociabilidade, a práxis humana se deparava constantemente com um âmbito de fenômenos incognoscíveis, que não podiam ser plenamente dominados. Para agir nesse contexto, o ser social projetava explicações ideais sobre o desconhecido, constituindo formas primordiais de ideologia³⁵. Esse processo apresenta um duplo movimento: de um lado, o trabalho e a experiência cotidiana ampliavam progressivamente o campo do conhecido — como no caso das observações astronômicas ligadas às necessidades práticas —; de outro, criavam-se projeções imaginárias³⁶ para lidar com aquilo que permanecia inacessível. Assim, desde os primórdios, ciência e ideologia se formam de modo interligado, relação que persiste historicamente, como demonstram os exemplos da alquimia e da astrologia, que simultaneamente expressavam elementos de investigação racional e de representação ideológica.

Portanto, pode-se dizer em síntese que alguns tipos de produção de ideologias remontam aos primórdios do desenvolvimento social. Isso não contradiz o fato de que os problemas propriamente ditos da ideologia, oriundos da luta de classes, sejam resultados de tempos posteriores, mas requer, ao mesmo tempo, que sua função social e, por isso, sua gênese e seu efeito sejam determinados de modo um pouco mais amplo, como já indicamos no início desses raciocínios. Todavia, o ponto central continua sendo, sem qualquer alteração, o problema fundamental, o fato de as pessoas dirimirem conflitos na sociedade; evidencia-se, contudo, que o círculo social da ideologia não precisa ficar restrito incondicional e exclusivamente a conflitos dessa espécie (Lukács, 2013, p. 478-479).

Nessa discussão, Lukács analisa às categorias ontológicas de objetivação e alienação, fundamentais para compreender a historicidade da ideologia. Todo pôr teleológico — isto é, toda ação finalística — implica que o resultado do trabalho se

³⁵ “ [...] Mas o que nos interessa aqui é apenas mostrar que muitos elementos da ideologia de algum modo já estavam presentes nos estágios mais iniciais do desenvolvimento social, que o surgimento dos antagonismos sociais, que passaram a ser enfrentados e resolvidos ideologicamente, não precisou criar um instrumento totalmente novo para dar conta da nova necessidade, mas encontrou um rico legado de meios para isso, que ela obviamente reelaborou de modo a corresponder às novas tarefas” (Lukács, 2013, p. 478).

³⁶ “Por outro lado, há um mundo que envolve os atos que deve se mostrar inacessível até para as generalizações mais amplamente formuladas das experiências de trabalho. Contudo, visto que é preciso contar com ele ininterruptamente em toda práxis, ele é povoado com projeções a partir das áreas conhecidas e, desse modo, aparentemente dominado idealmente” (Lukács, 2013, p. 475-746).

objetiva como algo externo ao sujeito. Essa objetivação, ao mesmo tempo em que preserva uma autonomia relativa (sua propriedade material), retorna sobre os indivíduos e grupos como mundo social objetivado, capaz de orientar suas ações futuras. É nesse movimento que surge a alienação, não em sentido puramente negativo, mas como momento necessário da constituição do ser social³⁷. Dessa forma, tanto a consciência individual quanto a consciência social só podem se desenvolver a partir desse processo de objetivação alienada, que socializa espontaneamente a práxis humana e fornece os fundamentos para o surgimento da ideologia em qualquer estágio histórico, pois, “desse modo, a universalidade, a generalização, já adquire um colorido ideológico” (Lukács, 2013, p. 489).

Sob essa ótica, a análise marxiana permite entender o que foi exposto aqui em toda sua *envergadura* (Lukács, 2013) a partir do problema exposto com as duas correntes do marxismo que o autor denomina vulgar. A primeira refere-se aquela “que se atém a uma rigorosa determinidade do econômico ao estilo de Laplace, vislumbrando na ideologia uma superfície meramente aparente, em última análise, sem influência, do acontecimento real” (Lukács, 2013, p. 490). A segunda, por sua vez, é a ideia que os complexos ideológicos proclamam “uma autonomia plena das ideologias, especialmente das superiores (filosofia, arte, ética, religião etc.) em relação aos fundamentos econômicos do acontecimento histórico” (Lukács, 2013, p. 490). Na sequência das passagens citadas, Lukács refere-se a ausência do *tertium datur* correto, apontando a necessidade da dialética marxiana de essência e fenômeno, aspecto fundamental para a problemática da ideologia e para reflexão sustentada no critério ontológico. Nas palavras do autor:

Essa constelação ontológica de cunho geral experimenta, no âmbito do ser social, uma intensificação qualitativa perante as formas mais simples do ser. Isso tem por base, em primeiro lugar, como já é do nosso conhecimento, a gênese e a determinidade de todos os seus momentos por meio de pores teleológicos, que como desencadeadores de cadeias causais reais unem em si a essência operante real e o fenômeno que surge realmente numa interação de tipo diferente do que costuma se dar em complexos que surgiram de modo meramente causal. Em segundo lugar, eles fazem surgir forçosamente formas objetivadas, alienadas e desencadeiam, em suas sequências ulteriores, outras objetivações e alienações mais. Surge daí uma

³⁷ “Anteriormente já apontamos para o seu caráter fundamental que consiste em que, no plano imediato, ela só está capacitada a expressar o universal. A mais simples das palavras torna-se, exatamente por essa via, uma objetivação e alienação sociais do homem; aquilo que, pelo metabolismo material com a natureza, os homens produzem em si, em sua ferramenta, no produto do trabalho etc. enquanto algo social, recebe justamente através dessa propriedade fundamental da linguagem a sua primeira figura social consciente” (Lukács, 2013, p. 487).

ligação totalmente nova em comparação com os tipos de ser mais simples entre os dois complexos elementares-fundamentais do ser social: entre a totalidade real de cada sociedade e a totalidade igualmente real dos homens singulares que a constituem. Só com isso já surge, no âmbito do ser social, algo totalmente novo, algo que Marx, como vimos, indica dizendo que a generidade deixa de ser muda como era no caso dos animais, isto é, que surge uma interação permanente entre o exemplar individual e o próprio gênero, a qual reverte permanentemente em estado consciente interior. Estamos analisando isso aqui do ponto de vista da gênese e da função da ideologia (Lukács, 2013, p. 491).

Nesse ponto, Lukács explicita que a relação entre essência e fenômeno não se reduz à dicotomia economia/superestrutura, mas atravessa também a própria esfera econômica. Assim, a essência não se manifesta de modo imediato nos fenômenos, mas através de formas mediadas e contraditórias, cuja inteligibilidade só pode ser alcançada *a posteriori*, por meio da análise teórica (Lukács, 2013). É nesse campo de mediações que a ideologia aparece como elemento constitutivo da práxis social. Nesse sentido, é importante destacar que a própria dinâmica da essência econômica engendra necessidades que vão além da produção imediata de valor. Sob uma perspectiva analítica ontológica, Lukács afirma que “essência e fenômeno constituem, também no âmbito do ser social, um complexo unitário, mas que consiste de complexos reais, que se modificam e se preservam em sua interação” (Lukács, 2013, p. 490).

Isso se expressa, por exemplo, no papel desempenhado pelo capital comercial e pelo capital financeiro. Ainda que não participem diretamente da produção de mais-valor (sendo, portanto, fenômenos aparentemente autônomos), tornam-se indispensáveis à reprodução global do capital a partir de determinado estágio do desenvolvimento social (revelando-se, assim, como necessidades constitutivas da própria essência do capital). O mesmo ocorre com a regulamentação jurídica: sua existência não deriva de uma esfera “autônoma” frente à economia (sua aparência de autonomia fenomênica), mas da própria necessidade objetiva de assegurar a circulação e o intercâmbio (sua determinação essencial última pela economia). Assim, o que poderia aparecer apenas como fenômeno externo à produção revela-se, em verdade, como momento constituído pela própria essência, reforçando o caráter contraditório e historicamente determinado da relação entre essência e fenômeno. O autor destaca que o direito, ao se consolidar como esfera específica da divisão social do trabalho, transforma conflitos imediatos e singulares da vida social em formas universais e abstratas, cuja coerência interna

esconde a contradição de classe que lhe dá origem (Lukács, 2013). Esse caráter alienado do direito explica por que ele se apresenta como um sistema lógico e neutro (sua aparência fenomênica, tal como é vivenciado na sociedade), mas, em última instância, cumpre a função de regular os conflitos sociais em conformidade com os interesses da classe dominante (sua essência social). É precisamente nesse hiato alienado que a ideologia atua, naturalizando a função social do direito e apresentando-o como universal e neutro.

Desse modo, a análise de Lukács evidencia que a reprodução social não se restringe ao âmbito imediato da produção material, mas inclui formas diferenciadas que, embora aparente autonomia, derivam da própria dinâmica da essência econômica. Contudo, é justamente nesse campo das mediações que a ideologia adquire um papel central. Se, por um lado, ela pode operar como legitimação das relações sociais vigentes, convertendo interesses particulares em universais aparentes, por outro lado, sua inserção na práxis a torna também um terreno decisivo de disputa política (o autor usa como exemplo o direito à greve). A partir do quadro analítico estabelecido, Lukács desloca a reflexão para o terreno da práxis política, destacando a centralidade da ideologia também nesse complexo. Sua reflexão revela, contudo, a dificuldade de delimitar a política como uma esfera autônoma, tal como ocorre com o direito. Enquanto o direito consolida sua especificidade por meio da divisão social do trabalho, tornando-se uma área munida de especialistas³⁸, a política constitui-se de modo distinto. Ela é um complexo universal da práxis social, que emerge da própria vida em comunidade. Não há comunidade, por menor que seja, que não se depare com questões que, em certo grau de desenvolvimento, assumem caráter político (Lukács, 2013).

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à

³⁸ “Se ocorrer que uma necessidade social tão permanente de regulação dos problemas que surgem na reprodução da vida venha a ser uma necessidade que se renova com o processo de reprodução, essa espécie de atividade terá se tornado socialmente necessária, o que se expressa no fato de que homens singulares ou grupos inteiros podem fazer dela uma ocupação específica visando à manutenção da vida. Expressa-se aí muito claramente a socialização da sociedade enquanto processo em constante fortalecimento. Por um lado, a própria produção adquire um caráter tão complexo que operações que pouco ou nada parecem ter a ver com a produção material de bens ainda assim se tornam indispensáveis para o processo global” (Lukács, 2013, p. 496).

essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto (Lukács, 2013, p. 502-503).

Nessa esfera, a ideologia desempenha um papel fundamental: seu critério de eficácia reside na capacidade de incidir sobre as tendências objetivas em curso e de intervir nas condições de desenvolvimento das forças produtivas. Como observa Lukács, os conteúdos ideológicos das decisões políticas constituem mediações centrais na luta de classes. Daí a importância do que Lênin chamava de “elo mais fraco da corrente”: a identificação, em cada momento histórico, daquele ponto estratégico cujo manejo pode ter efeitos decisivos para o conjunto da sociedade. É nesse ponto que as fronteiras entre a subjetividade e o social apresentam-se de forma concreta, materializando-se no cotidiano como “anseio insaciável e ardente das grandes massas” (Lukács, 2013, p. 505). Na Rússia do início do século XX, esses anseios eram por “terra e paz”, estabelecendo o *elo mais fraco da corrente* que Lênin, em sua genialidade política, conseguiu identificar e que permeava a sociabilidade russa da época.

Desse modo, Lukács conclui que aquelas finalidades políticas, embora em si mesmas não implicassem necessariamente a superação da sociedade burguesa, converteram-se em força material explosiva, criando as condições objetivas para a realização da revolução socialista (Lukács, 2013). Para o autor, este é o primeiro critério imediato da práxis ideológica-política: identificar a dimensão concreta que articula o pensamento em movimento com a ação efetiva — os “elos da corrente” —, capaz de colocar em marcha uma nova ordem social. Por sua vez, outro critério importante identificado pelo autor refere-se ao tempo de duração³⁹ da práxis política. Desse modo, a solução desencadeada pelos pores teleológicos postos em movimento — independentemente de sua fundamentação ideológica — constitui um

³⁹ “Quando falamos da duração, naturalmente não tínhamos em mente nenhum lapso de tempo abstrato, quantitativamente determinável, mas a questão referente a se os novos momentos causais postos em marcha no pôr teleológico, não importando com que grau de consciência isso seja feito, influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise” (Lukács, 2013, p. 507).

critério decisivo para avaliar a efetividade duradoura da ação política⁴⁰ iniciada pelo primeiro critério.

[...] O fato de que é praticamente impossível haver efetividade no dirimir dos conflitos sem a mobilização e organização de uma camada da população que se tornou decisiva em dado momento; no plano puramente fático, puramente abstrato, dá no mesmo se essa camada é constituída pelos jacobinos do século XVIII ou pelos nazistas do século XX. Entretanto, só no plano puramente abstrato. Porque já o teor ideal, moral etc. que põem essas massas em movimento é extremamente diferenciado e essa diversidade imprime a sua particularidade, a sua constituição especificamente humana, a sua constituição política, a todos os atos ulteriores. O caráter humano-social da gênese, do caminho encetado por um movimento, determina também a direção e o conteúdo da práxis posterior (Lukács, 2013, p. 509).

Essa concepção ontológica da práxis política fundamenta-se, portanto, nos pores que visam pôr em marcha as ideias latentes de uma sociabilidade historicamente determinada pelo *ser-propriadamente-assim*. Nesse sentido, o autor explicita que, para apreender a natureza da práxis política, o critério do ponto de vista do método é dado pela estrutura econômica (sua essência). Por isso, não existe uma “política em geral”, uma vez que a forma como os sujeitos participam, organizam-se e atuam politicamente depende da configuração histórico-social da estrutura econômica. Com base nessa perspectiva, a análise da política deve sempre partir do exame da totalidade concreta de cada formação social.

Assim, Lukács ilustra sua argumentação recorrendo a Marx, que distingue o caráter político do feudalismo — no qual “a vida do povo e a vida política são idênticas”, expressando uma “democracia da não liberdade” — e o caráter político da modernidade burguesa, em que “a questão pública como tal se tornou a questão universal de cada indivíduo e a função política se tornou uma função universal” (Marx, apud Lukács, 2013, p. 514). Nesse sentido, a práxis política deve ser apreendida não como uma esfera autônoma dotada de legalidade própria, mas como um momento determinado da totalidade social, cuja inteligibilidade depende das mediações concretas que articulam essência e fenômeno. Isso significa que não

⁴⁰ “Todavia, também isso precisa ser entendido em termos histórico-socialmente concretos, o que representa uma duplicação inseparavelmente ligada: antes de tudo, o que se impõe no processo histórico é o socioeconomicamente necessário, a essência: todas as decisões e todos os atos, sejam eles geniais ou estúpidos, sinceros ou criminosos, só podem influir sobre a essência de modo a acelerá-la ou desviá-la do caminho [...] O homem enquanto ser que responde nunca é independente da questão que a história lhe coloca, mas de igual maneira o movimento social que se tornou objetivo jamais pode se tornar independente de sua gênese humano-social, político-moral” (Lukács, 2013, p. 508-509).

há um “conceito universal”⁴¹ de política válida para todas as formações sociais, o que existe são modos historicamente específicos de práxis que expressam, em cada contexto, o grau de desenvolvimento da estrutura econômica e as formas correspondentes de consciência e luta.

Nesse movimento de análise, Lukács evidencia a importância do fator subjetivo da práxis política, que “sempre está circunscrito pelo desenvolvimento socioeconômico” (Lukács, 2013, p. 518). Para o autor, Lênin foi um grande teórico do fator subjetivo, pois compreendeu que a consciência política deve ser levada aos trabalhadores de fora da esfera meramente econômica. É assim que “o fator subjetivo da história consegue desenvolver todo o seu potencial para o enfrentamento e a resolução dos conflitos” (Lukács, 2013, p. 523). Em diálogo com Marx e Lênin, ele desenvolve sua reflexão sobre a vida cotidiana, a saber, em momentos de conflitos políticos os extratos inferiores tomam consciência dos conflitos que só podem ser dirimidos por uma orientação política-prática. Isso ocorre quando a classe oprimida não quer mais viver sob essa ordem e, por outro lado, a classe dominante não pode mais viver à maneira antiga. Nessa situação de crise, a atuação da classe revolucionária⁴² demonstra a função decisiva do fator subjetivo⁴³ no processo de transformação das formações sociais (Lukács, 2013, p. 524).

Neste momento, é importante avançar em outra categoria fundamental. Ao investigar os complexos de problemas que constituem a *Ontologia do Ser Social*, Lukács estabelece o estranhamento como um dos conflitos sociais da dinâmica de

⁴¹ “O fato de o conflito a ser enfrentado e resolvido desenrolar-se no âmbito da unidade de essência e fenômeno, de a sua forma de solução inevitavelmente imediata ser a apreensão do próximo elo sempre concreto da corrente, mostra claramente que o traçado dos limites de uma política “em geral” é muito mais restrito do que o da produção em geral. Onde se disseram coisas profundas e geniais sobre a política, como em Maquiavel, o que foi dito possui um caráter essencialmente concreto, a generalidade tem um cunho mais de parábola que de abstração” (Lukács, 2013, p. 512-513).

⁴² “Quando se fala de classes revolucionárias, o que importa, antes de tudo, é dar relevo à divisão marxiana entre classe em si, isto é, a classe confrontada com a classe dominante, e classe para si mesma. Já a essa primeira formulação, que se limita singelamente ao desenvolvimento de tipos de classe, segue a seguinte formulação extremamente importante: “Porém, a luta de classe contra classe é uma luta política”. [...] Essas generalizações de orientação político-prática, embora inflamadas nos seus pontos de partida individuais por estímulos intelectuais e emocionais, constituem o meio pelo qual a práxis política pode extrapolar o interesse imediato de classe e transformar-se num movimento universal também do ponto de vista social” (Lukács, 2013, p. 521).

⁴³ “O fator subjetivo da história consegue desenvolver todo o seu potencial para o enfrentamento e a resolução dos conflitos só quando, por um lado, a insatisfação meramente imediata com as condições sociais dadas, a oposição contra elas, chega também teoricamente à negação da sua totalidade e quando, por outro lado, a fundamentação daí resultante não permanece só como mera crítica da totalidade do existente, *mas também se torna capaz de converter em práxis as concepções assim obtidas, ou seja, de elevar a noção teórica à condição de práxis eficaz da ideologia*” (Lukács, 2013, p. 523, grifos nossos).

produção e reprodução social⁴⁴. No capítulo conclusivo da obra, o autor adensa sua análise ao caracterizar o “estranhamento como fenômeno exclusivamente histórico-social” (Lukács, 2013, p. 577). Nesse sentido, seus traços ontológicos gerais “emerge em certos picos do desenvolvimento em curso, assumindo a partir daí formas historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes” (Lukács, 2013, p. 577). Retornando aos seus principais interlocutores, como Hegel, Lukács demonstra que, na perspectiva idealista, o estranhamento possui raízes lógico-especulativas. Para Hegel, o fenômeno seria um desdobramento do “pensamento puro”, no qual a objetividade em geral é lida como uma barreira à consciência de si.

Nesse sistema, o ato de um objeto existir fora da mente já é considerado uma forma de estranhamento que precisa ser superada pelo “pensar absoluto”. Em contraste, ao retomar os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, Lukács reforça que “a polêmica” marxiana desloca o problema para o plano ontológico-materialista. Diferente de Hegel, Marx estabelece que a objetividade não é um produto do pensamento, mas uma “propriedade originária de todo ser” (Lukács, 2013, p. 578). Assim, enquanto em Hegel a superação do estranhamento ocorre na consciência, em Marx e de acordo com Lukács, ela exige a transformação das condições históricas reais, pois o estranhamento não reside na objetividade em si⁴⁵, mas na forma social específica em que o produto do trabalho⁴⁶ se torna uma potência hostil contra o seu produtor.

⁴⁴ “Em termos concretos, esses antagonismos podem se diferenciar fortemente nos diferentes estágios do desenvolvimento. Correspondentemente os estranhamentos também podem adquirir tanto formas como conteúdos diferentes nos diferentes estágios. Só o que importa é que o antagonismo fundamental entre desenvolvimento da capacidade e desdobramento da personalidade está na base de seus diferentes modos fenomênicos” (Lukács, 2013, p. 582).

⁴⁵ “Ele cria, assenta apenas objetos, porque ele é assentado mediante esses objetos, porque é, desde a origem, natureza (weil es von Haus aus Natur ist). No ato de assentar não baixa, pois, de sua ‘pura atividade’ a um criar do objeto, mas sim seu produto objetivo apenas confirma sua atividade objetiva, sua atividade enquanto atividade de um ser natural objetivo” (Marx, 2004, p. 127).

⁴⁶ “Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (Marx, 2013, p. 148).

O que interessa, neste ponto, é o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta de imediato um incremento na formação das capacidades humanas, que, no entanto, abriga em si simultaneamente a possibilidade de sacrificar os indivíduos (e até classes inteiras) nesse processo. Essa contradição é necessária, pois pressupõe, no plano do ser, momentos do processo social do trabalho, que já reconhecemos anteriormente, em outras conexões, como componentes inelimináveis do seu funcionamento como totalidade. [...] O próprio fenômeno, claramente delineado por Marx nos enunciados citados por nós, pode ser assim formulado: o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia –, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana (Lukács, 2013, p. 580 - 581).

Estas notas iniciais vão compondo um quadro no qual é possível destacar os embates acerca do “lugar” ontológico do estranhamento e, por conseguinte, a disputa entre as perspectivas idealista e histórico-materialista sobre o desenvolvimento do ser social — em suas dimensões objetiva e subjetiva⁴⁷ — dentro da totalidade social (Lukács, 2013). À medida que o desenvolvimento das forças produtivas avança, ele exige formas mais complexas de organização que, sob a égide da propriedade privada, institucionalizam a expropriação mediante o aprofundamento da divisão social do trabalho⁴⁸. Como observa Engels:

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta não se manteve através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: são as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão – de princípio franca, depois mais ou menos disfarçada (Engels, 1985, p. 198).

⁴⁷ “Só é imperioso jamais perder de vista, para melhor compreender fenômenos como o do estranhamento, que, embora eles se expressem de modo individual no plano imediato, *embora a decisão alternativa individual faça parte da essência de sua dinâmica, o ser-propriadamente-assim dessa dinâmica é um acontecimento social*, mesmo que muitas vezes seja remotamente mediado por múltiplas inter-relações” (Lukács, 2013, p. 585 - grifos nossos).

⁴⁸ Engels demonstra que a divisão social do trabalho e o surgimento da propriedade privada alteraram drasticamente a estrutura familiar, instituindo o que ele chama de “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Para o autor, “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia” (Engels, 1985, p. 69). Lukács retoma essa problemática ao situar a relação entre os sexos como um dos campos privilegiados para a investigação ontológica do estranhamento. Nela, evidencia-se como determinações econômicas — a divisão do trabalho, a propriedade — penetram a esfera mais íntima da vida, instituindo, sob a aparência do “natural”, uma relação social estranhada, na qual ambos os polos, dominador e dominado, têm sua humanidade capturada pela lógica do “ter”.

Engendrado por tal desenvolvimento, o indivíduo social defronta-se, no interior da totalidade, com um campo de decisões alternativas diante das exigências da reprodução social⁴⁹. É precisamente aí — no espaço entre a adaptação passiva ao estranhamento e o esforço para superá-lo — que seu *ser-propriadamente-assim* se constitui como resposta singular a determinações universais. No lastro desse desenvolvimento que o “devir do homem enquanto homem é, como processo global, idêntico à constituição do ser social enquanto tipo particular de ser” (Lukács, 2013, p. 589). Portanto, a subjetividade e a personalidade humana não podem ser compreendidas como esferas atomizadas ou isoladas⁵⁰, mas como dimensões que se constituem em relação direta, antagônica, com as categorias e legalidades que movem a totalidade do complexo social. Para exemplificar como essas determinações universais se manifestam na singularidade do indivíduo, Lukács observa:

Quando Marx falou certa vez que sempre é fruto do acaso quem está na liderança do movimento dos trabalhadores em determinado momento, isso se refere, por um lado, não só à liderança no sentido literal, mas à liderança de cada grupo ou cada grupinho, e, por outro lado, é expressão do fato de que cada trabalhador reage individualmente ao modo como as suas alienações retroagem sobre a sua personalidade [...] . Uma personalidade humana só pode surgir, desdobrar e definir num campo de ação histórico-social e concreto e específico. Por isso não basta voltar a atenção unilateralmente só para a contradição — todavia profundamente embasada — entre desenvolvimento da capacidade e desenvolvimento da personalidade. O desenvolvimento da personalidade também depende de muitas maneiras da formação superior de cada uma das capacidades (Lukács, 2013, p. 584 - 588).

⁴⁹ “A influência favorável ou desfavorável do desenvolvimento das capacidades humanas sobre o desenvolvimento das personalidades humanas constitui uma tendência social universal objetivamente existente e que se efetiva objetivamente. Essa tendência, todavia, parece produzir igualmente uma média social [...]” (Lukács, 2013, p. 584).

⁵⁰ “Uma personalidade humana só pode surgir, desdobrar e definir num campo de ação histórico-social e concreto e específico. Por isso não basta voltar a atenção unilateralmente só para a contradição — todavia profundamente embasada — entre desenvolvimento da capacidade e desenvolvimento da personalidade. O desenvolvimento da personalidade também depende de muitas maneiras da formação superior de cada uma das capacidades. De fato, se não olharmos exclusivamente para os atos de trabalho singulares, mas tivermos em vista a divisão social do trabalho, ficará claro que temos de vislumbrar nesta um momento importante da gênese da personalidade. Com efeito, a divisão social do trabalho incumbe o homem de múltiplas tarefas, com muita frequência extremamente heterogêneas entre si, cuja execução correta exige dele e, por essa via, desperta nele uma síntese das suas capacidades heterogêneas. Unilateralmente, vistas apenas do ponto de vista da atividade social, essas capacidades parecem poder existir paralelamente, independentemente umas das outras. Porém, visto que ontologicamente o homem singular constitui um polo fundamental do ser social — o que há muito já sabemos —, exatamente no plano ontológico é inevitável que essa simultaneidade de tarefas heterogêneas adquira em cada homem singular a tendência para a sua uniformização, para a sua unificação, para a sua síntese” (Lukács, 2013, p. 588).

Em síntese, a análise lukacsiana permite compreender que o estranhamento não é uma “*condition humaine*” [condição humana], mas um fenômeno cujas raízes estão fincadas na divisão social do trabalho e na expropriação da atividade humana. Nesse processo, evidencia-se “que ‘o ter’ representa, na vida dos homens enquanto indivíduos, uma força motriz determinante para o estranhamento” (Lukács, 2013, p. 592). Lukács, no entanto, insiste no caráter processual e aberto desse fenômeno, ou seja, o estranhamento só se efetiva na tensão entre as pressões sociais objetivas e as respostas — sempre mediadas ideologicamente — dos indivíduos que as vivenciam. A ideologia opera, assim, como instância decisiva: seja para cristalizar o estranhamento em uma “condição eterna”, seja para fornecer as mediações ideológicas que permitem ao sujeito reconhecer-se como ser genérico e abrir-se à possibilidade da emancipação.

CAPÍTULO 2 - A “CASA DO EMPREENDEDOR” DE MARIANA: IDEOLOGIA OU SOLUÇÃO PARA O DESEMPREGO?

Neste capítulo, dedicado à análise da materialização da ideologia empreendedora na particularidade de Mariana (MG), examina-se o contexto do rompimento-crime da barragem de Fundão em 2015 e seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho local, bem como a estruturação do aparato institucional voltado ao fomento do empreendedorismo no município, com destaque para a criação da "Casa do Empreendedor". Por fim, encerramos com a sistematização e análise crítica das atividades e eventos promovidos pelas instituições articuladas a esse dispositivo, evidenciando a função ideológica que tal estrutura desempenha no processo de reparação e reconstrução econômica da região. Ressalta-se que a presente pesquisa, embora fundada em sólida revisão bibliográfica e na sistematização de dados empíricos sobre a "Casa do Empreendedor" de Mariana, apresenta limites inerentes ao estágio atual de desenvolvimento do trabalho. A análise mais aprofundada das ações e eventos promovidos pelas instituições articuladas a esse dispositivo — com ênfase na apreensão de suas contradições e na função ideológica que desempenham — constitui objeto de iniciação científica em curso, na qual se busca apreender o que Lukács (2013), em diversas passagens da *Ontologia do Ser Social*, denomina de estágio do capitalismo manipulatório.. Desse modo, o presente capítulo cumpre o papel de sistematizar o material empírico.

2.1. O rompimento da barragem de Fundão em 2015

Recapitulemos, nos seus traços gerais, a consequência dos dois rompimentos “que pode ser confirmado como uma ‘tragédia anunciada’/crime resultado de um desenvolvimento pautado historicamente e cada vez mais acentuado, nesta região geográfica, pela mineração extrativista” (Bertollo, 2018, p. 195-196). O primeiro deles, o rompimento-crime da barragem de Fundão, da Samarco S.A., em Mariana, em 5 de novembro de 2015; o segundo, o rompimento-crime da barragem da Mina do Feijão, da Vale S.A, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. Ambos emergem do mesmo solo histórico, engendrados pela destruição cotidiana da natureza e pela exploração da força de trabalho, e ambos

são atravessados pela dinâmica insaciável do mercado acionário que domina a extração de minério de ferro (Chesnais, 2005).

O chamado *boom* das commodities, na primeira década do século XXI, elevou os patamares de lucratividade do setor e estimulou a expansão acelerada da produção, o *pós-boom*, com a retração dos preços, acirrou a pressão por cortes de custos e pela manutenção das margens de ganho a qualquer preço (Bertollo, 2017). Os dois rompimentos-crimes expressam, assim, a contradição mais elementar entre as classes sociais nessa região: de um lado, o capital que exige retorno imediato, de outro, os corpos dos trabalhadores e das populações tradicionais⁵¹, transformados em vidas descartáveis em uma equação cujo resultado final é sempre favorável ao grande capital (Bertollo, 2017).

A região do Quadrilátero Ferrífero possui uma longa tradição de exploração mineral, com impactos socioambientais acumulados desde os ciclos do ouro e do ferro ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX (Coelho, 2012). Conforme Coelho (2018, p. 256), "a especialização na mineração se faz em prejuízo do desenvolvimento de outras atividades econômicas". A degradação ambiental e a remoção de populações, somadas à centralização dos investimentos públicos na mineração, inviabilizam outras atividades econômicas e reproduzem a dependência do território em relação ao setor extrativo (Coelho, 2018). "Esta conjunção de fatores reproduz o ciclo da dependência e quanto mais inserido o município na atividade mineradora, mais difícil a proposição de alternativas" (Coelho, 2018, p. 256-257). A dimensão irreparável dos danos é sintetizada por Bertollo (2018, p. 197), ao afirmar que "tal rastro de destruição, principalmente em sua forma subjetiva, não pode ser medido nem ressarcido materialmente".

2.2. Os circuitos do capital financeirizado e o *boom* da mineração no século XX

É somente no conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais averiguados na seção anterior que se configura e condiciona o

⁵¹ "A vinculação dessas populações ao Rio Doce, que foi morto pelos rejeitos que se alastraram ao longo de seu leito, é o elemento que os vincula às consequências e aos mecanismos de funcionamento da mineração extrativista. A partir do rompimento da barragem/crime as relações de existência, seja via interrupção de captação de água e da pesca, seja para alimentação/subsistência ou como fonte de renda, inclui estes sujeitos num cenário mais ampliado da superexploração da força de trabalho, isto é, para além dos limites das estruturas minerárias, do processo produtivo" (Bertollo, 2018, p. 190).

boom das commodities⁵² minerais, cujos desdobramentos culminam no crime-rompimento das barragens em Minas Gerais. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (2015), e o de Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019), não podem ser tratados como acidentes isolados⁵³. Eles são expressões da expropriação produzida pelo modo de produção capitalista, que subordina a vida dos trabalhadores e das comunidades à valorização do capital. Bertollo (2018) descreve tal dinâmica.

Assim, este caráter de crises conjunturais e estruturais do capital, desencadeia para as economias nacionais momentos distintos, seja de aceleração do crescimento – sempre vinculado a uma maior subordinação econômica e política, seja de recessão – tal qual estamos nos deparando nesta segunda metade da primeira década deste novo século. O cenário econômico que o Brasil vivencia nestes últimos anos é marcado pela piora dos termos de troca (considerando a queda do preço das commodities), pela elevação das taxas de juros (estratégia utilizada para atrair capital internacional e como forma de destinar intensamente recursos públicos para a apropriação privada/capital), pela corrosão da renda das famílias (que se dá num contexto em que o salário mínimo não é suficiente para garantir necessidades básicas de sobrevivência aos indivíduos, sendo que seu poder aquisitivo é cotidianamente diminuído em função da inflação no preço dos produtos e serviços), o que desencadeia, por parte dos governos locais, a realização de ajuste fiscais, isto é uma maior ofensiva sobre a classe trabalhadora, seus direitos – trabalhistas, sociais, previdenciários, sua condição de sobrevivência. Este panorama não poderia ser diferente considerando a histórica dependência na qual o continente, os países latino-americanos estão inseridos. Ocupando o lugar de economia agrário-exportadoras (alimentos e matérias-primas industriais), o que cabe às economias periféricas nesta relação desigual e combinada com as economias centrais – produtoras de mercadorias a partir de um alto padrão tecnológico é uma condição de subordinação na divisão internacional do trabalho (Bertollo, 2018, p. 150).

Harvey (2011, p. 142) observa essa articulação ao destacar a relação entre Brasil e China, particularmente a inserção da América Latina na órbita da demanda chinesa por matérias-primas: "o comércio bilateral entre a China e a América Latina aumentou dez vezes entre 2000 e 2009". O Brasil, dotado de vastas reservas minerais, tornou-se peça-chave nessa engrenagem, com a Vale S.A.

⁵² O termo *commodity* designa, no âmbito do comércio internacional, produtos de origem primária (agrícola, mineral ou energética) cujo preço é regulado em mercados globais, independentemente de sua origem geográfica ou produtor. Como assinala o Ibram (2014, p. 174), "com a globalização, a maioria destes minerais, portadores de metais em especial, viraram commodities, sendo seus preços regulados nos mercados transoceânicos".

⁵³ O relatório do Ibram (2016, p. 9), intitulado "Gestão e Manejo de Rejeitos de Mineração", utiliza o termo "acidente" para caracterizar o rompimento da barragem no município de Mariana/MG em 2015. No entanto, estamos em consonância com Bertollo (2018, p. 14), que assume "o entendimento, posição política e ética de que o rompimento da barragem de Fundão foi um crime cometido contra as populações atingidas, contra os trabalhadores, contra o meio ambiente."

posicionando-se como uma das maiores mineradoras do mundo e principal fornecedora de minério de ferro para a China.

A trajetória da Vale, contudo, não pode ser compreendida sem considerar as transformações em sua estrutura de propriedade e controle. Privatizada em 1997, a empresa manteve, por quase duas décadas, uma composição acionária na qual o Estado brasileiro, por meio de seus fundos de pensão e do BNDES⁵⁴, exercia influência decisiva sobre suas orientações estratégicas. Essa estrutura dual — com ações ordinárias (ON) e preferenciais (PNA) — permitia à União, ainda que indiretamente, orientar decisões críticas da empresa. Contudo, para os agentes financeiros, essa influência estatal era vista como um impessilio a ser superado, pois limitava a autonomia da lógica de mercado sobre a mineradora (Coelho; Milanez; Wanderley, 2017).

É nesse contexto que se insere o Novo Acordo dos Acionistas da Vale, firmado em fevereiro de 2017 e conduzido até 2020. Articulado pelo banco Morgan Stanley⁵⁵ e pelo escritório Vieira Rezende, o acordo previu a conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias e a pulverização do capital, de modo que nenhum acionista ultrapassasse 25% das ações com direito a voto. Como resultado, a Valepar — *holding* que concentrava o controle da empresa — deixou de existir, e o Estado brasileiro viu sua capacidade de intervenção reduzida drasticamente. A alegação oficial era anular o caráter político da empresa; na prática, o que se observou foi a ampliação da participação de investidores estrangeiros e a subordinação da Vale aos imperativos do mercado financeiro (Coelho; Milanez; Wanderley, 2017).

Esse movimento expressa, com clareza, a lógica da propriedade patrimonial descrita por Chesnais (2005): a Valepar — *holding* que concentrava o controle da Vale — era, em si mesma, *a personificação dessa forma de propriedade*, ao atuar como um agente externo à produção e orientado exclusivamente para a obtenção de rendimentos.

As consequências dessa financeirização da mineração são brutalmente concretas e perversas. A demanda crescente por minério de ferro, impulsionada pela

⁵⁴ Os principais fundos de pensão com participação na Vale eram a Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), a Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal) e a Petros (dos funcionários da Petrobras), além do BNDESPAR, braço de participações do BNDES. (Coelho; Milanez; Wanderley, 2017)

⁵⁵ Com sede em Nova Iorque, o banco Morgan Stanley foi um dos bancos salvos pelo Estado na crise de 2008 (Harvey, 2011).

China e viabilizada pela desregulamentação financeira, levou a Vale a expandir sua produção em ritmo acelerado, muitas vezes sem a devida observância de “normas de segurança”⁵⁶

2.3. Crise no mercado de trabalho e o empreendedorismo como saída

A crise estrutural do capital, cujas raízes remontam à década de 1970, manifesta-se na particularidade brasileira como um processo de reestruturação produtiva que aprofunda a precarização, a informalidade e o desemprego estrutural (Antunes, 2009). O rompimento-crime da barragem de Fundão, em 2015, insere-se nesse movimento como uma catástrofe anunciada/crime, expressão da lógica insaciável da acumulação financeirizada (Chesnais, 2005; Harvey, 2011; Bertollo, 2018). Em Mariana, os desdobramentos desse crime-rompimento não se restringiram à devastação ambiental e à perda de vidas, atingiram o mercado de trabalho de forma profunda, fechando postos formais de trabalho e submetendo a classe trabalhadora a uma degradação das condições laborais⁵⁷. É nesse cenário que o empreendedorismo emerge como uma das respostas ideológicas do grande capital (falamos aqui das mineradoras Vale e Samarco e da cooptação do Estado), uma saída aparente para a crise que, na verdade, aprofunda a exploração e transfere ao trabalhador os riscos e custos da produção, sem a garantia de direitos trabalhistas (Abílio, 2020; Ferraz e Ferraz, 2022).

A reportagem do jornal *O Estado de Minas Gerais*, intitulada "Desastre na barragem de Fundão deixa Mariana no atoleiro do desemprego" (Paranaíba, 2016), oferece um panorama elucidativo sobre as consequências imediatas do crime-rompimento para a classe trabalhadora marianense. O texto jornalístico evidencia a magnitude da devastação econômica: a suspensão das atividades da

⁵⁶ “Em relação ao setor mineral extrativista, reconhecemos que as violações das legislações e normas ambientais e minerais, a terceirização da força de trabalho e os acidentes de trabalho são situações que se encontram imbricadas e são uma realidade constante. Analisando mais proximamente a mineradora Samarco, com operação em Mariana-MG, confirmamos tal entendimento” (Bertollo, 2018, p. 122).

⁵⁷ Cabe ressaltar as ações do Estado quando, em uma manobra política, Michel Temer assumiu o cargo de presidente da República e impulsionou uma agenda de forte desregulamentação, cujo ápice foi a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Foge ao escopo deste trabalho, no entanto, o exame detalhado das várias “reformas” e privatizações que ocorreram em seu mandato. Em relação especificamente à atividade minerária, “[...] nota-se a tendência de redefinição da atuação do Estado, incluindo na regulação voltada direta e indiretamente para a atividade mineradora, além da manutenção dos esforços para a expansão dos setores primários-exportadores. Segundo o próprio governo, a meta é destravar o setor que ficou à espera da resolução de um novo marco regulatório e expandir a produção” (Milanez; Coelho; Wanderley, 2017, p. 2).

Samarco e o efeito cascata sobre o comércio e os serviços locais, que viram sua clientela diminuir drasticamente com a paralisação da atividade minerária. A reportagem revela, ainda, o discurso das autoridades locais, como o então prefeito e representantes do comércio, que, ao mesmo tempo em que reconhecem a gravidade da situação, recorrem a uma retórica que naturaliza a dependência do município em relação à mineração. Essa fraseologia, típica da lógica de Estado/empresa, opera como uma mistificação, ao apresentar os números do desemprego como meros dados de gestão, oculta-se a responsabilidade das mineradoras e do poder público pela reparação dos danos e pela garantia de emprego digno à população atingida.

A análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre a composição do trabalho formal em Mariana entre 2015 e 2021 revela, em primeiro plano, o impacto imediato do rompimento sobre os vínculos celetistas e estatutários. Em 2015, ano do crime-rompimento, Mariana registrou 13.200 vínculos formais, número que cai para 12.542 em 2016, reflexo da suspensão das atividades da Samarco e do colapso econômico que se seguiu ao crime (Silva; 2023).

O ano de 2015, conforme destacado por Silva (2023, p. 41), apresentou a menor quantidade de vínculos em relação ao período pesquisado, justamente devido ao desemprego decorrente do rompimento da barragem. Embora o mercado de trabalho local tenha demonstrado uma retomada gradual nos anos seguintes, esse crescimento quantitativo não elimina a instabilidade estrutural que o caracteriza⁵⁸.

O setor de serviços, que em 2015 concentrava 3.857 vínculos (29,2%), expandiu-se para 6.138 (35,0%) em 2021, enquanto a administração pública se manteve como um dos principais empregadores. Esse aumento, embora numericamente expressivo, é marcado pela expansão de ocupações precarizadas. Ao analisar a dinâmica desse período, especialmente sob o impacto da crise sanitária pandêmica COVID-19, Silva (2023, p. 41) aponta que, embora não se observem mudanças quantitativas drásticas nos vínculos em alguns anos, o trabalho remoto adotado nesse período se caracterizou como “uma prática extremamente precarizada e exaustiva física e mentalmente, considerando a conjuntura na qual os trabalhadores precisavam atuar”. Assim, a aparente estabilidade ou crescimento dos

⁵⁸ O desemprego na cidade atingiu a marca de 28% logo após o desastre de 2015. Nos anos subsequentes, a evolução do número absoluto de vínculos formais seguiu a seguinte trajetória: 14.142 em 2017; 14.204 em 2018; 16.175 em 2019; 16.981 em 2020; e 17.528 em 2021 (Silva, 2023, p. 41).

números resguarda uma degradação qualitativa dos postos de trabalho, frequentemente vinculada à terceirização e à informalidade.

Esses números, longe de indicarem uma recuperação, revelam a dinâmica de um mercado de trabalho marcado pela precariedade. Anualmente, milhares de trabalhadores recorrem ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) em busca de recolocação após sucessivos desligamentos, enquanto outros tantos se encontram submetidos ao subemprego ou à informalidade (Silva, 2023). A rotatividade, nesse contexto, é uma característica estrutural do capitalismo periférico, que mantém um exército industrial de reserva ampliado como condição para o rebaixamento dos salários e a intensificação da exploração (Marx, 2013).

É nesse quadro histórico, marcado pela degradação dos postos de trabalho formais, pela ampliação do exército industrial de reserva e pela persistência da informalidade que a publicização da ideologia empreendedora encontra seu terreno fértil. A Casa do Empreendedor foi inaugurada como um dos compromissos assumidos pela Fundação Renova no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016). A iniciativa espelha uma visão em que a difusão da cultura empreendedora (Instituto Pedra, 2018), isto é, transferindo para o indivíduo a responsabilidade por sua própria recolocação no mercado. Em sua estrutura, abriga a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Sala Mineira da Junta Comercial (Jucemg) e a Sala Mineira do Empreendedor, em parceria com o Sebrae-MG.

Em Mariana, essa ideologia opera em duas frentes complementares. De um lado, ela se apresenta como uma resposta à crise: diante do desemprego provocado pelo rompimento, o empreendedorismo seria o caminho para a "diversificação econômica" e a "retomada do desenvolvimento" (ACIAM, 2022). De outro, ela reforça a despolitização da classe trabalhadora, substituindo a luta coletiva por direitos — que sempre foi a via histórica de enfrentamento da exploração (Netto, 2017) — pela figura isolada do "empreendedor" que, sozinho, deve criar seu próprio negócio e gerir sua própria subsistência. Essa dupla operação é funcional ao capital, pois, ao mesmo tempo em que dilui a responsabilidade das mineradoras e do Estado pela reparação dos danos e pela criação de empregos formais, ela conforma os trabalhadores a uma lógica de autogerenciamento subordinado, na qual o risco e a instabilidade são vividos como atributos da "liberdade" e da "autonomia" (Abílio, 2020).

Os eventos e capacitações promovidos pela Casa do Empreendedor, pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (ACIAM) e pela Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba (ADESIAP) ilustram essa estratégia. Os "Fóruns de Empreendedorismo Feminino", os "Cafés com Charme", as "Semanas de Desenvolvimento Econômico" e os encontros do "Impulso Mariana" (ACIAM, 2023) não são meras ações de fomento ao comércio local; eles constituem um dispositivo ideológico de amplo espectro que, ao mesmo tempo que mobiliza a classe trabalhadora em torno da promessa de autonomia, a insere em uma dinâmica de competição individualizada e de aceitação tácita da precarização (Lukács, 2013). A temática recorrente desses eventos — "Mulheres que brilham: conexão de sucesso", "Desenvolve Mariana: impulsionando o futuro com a força da economia criativa", "Prosperar: como resistir ao tempo" — evidencia o caráter apologético e mistificador desse discurso, que oculta as relações de classe sob o véu da "inovação" e do "empreendedorismo" (Ferraz; Ferraz, 2022).

A análise dos dados sobre o mercado de trabalho em Mariana e a crítica à ideologia empreendedora permitem, assim, desvelar a contradição central desse processo: o empreendedorismo, longe de ser uma alternativa à crise, é a própria forma que a crise assume para a classe trabalhadora. Ao ser empurrada para o trabalho autônomo e informal, a classe trabalhadora marianense não conquista autonomia, mas é submetida a um regime de exploração intensificado, no qual a ausência de direitos e a instabilidade são apresentadas como atributos de uma suposta liberdade (Abílio, 2020; Ferraz; Ferraz, 2022).

2.4. Estudo sobre a "Casa do empreendedor" de Mariana

Na fase exploratória da pesquisa, executou-se o levantamento e a sistematização de documentos e eventos promovidos em Mariana (MG) após o crime de Fundão (2015). Foram mapeadas as diretrizes do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e a atuação de instituições como a Fundação Renova, a Casa do Empreendedor, a ADESIAP e a ACIAM. Esta ação cumpriu o objetivo de reunir o material empírico sobre as táticas das personificações do capital e do Estado na difusão da ideologia empreendedora no município. O conjunto dessas atividades resultou na organização da base de dados que fundamenta este

relatório e que será submetida à análise crítica na segunda etapa da pesquisa (2026-2027).

O fomento ao empreendedorismo em Mariana, após o crime/rompimento da barragem de Fundão em 2015, materializou-se em um conjunto de instituições, normas e eventos coordenados. Para sistematizar o desenvolvimento dessa estrutura e identificar o papel de cada ente — desde as mineradoras até as associações comerciais —, realizou-se uma apuração de eventos, documentos, processos, pautada em três eixos documentais principais.

O primeiro eixo debruçou-se sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC)⁵⁹, de 2016, que estabeleceu diretrizes de fomento econômico e previu a criação de estruturas de apoio ao setor, como a Casa do Empreendedor. Por sua vez, o segundo eixo é a materialização dessas diretrizes, assim, identificou-se a criação da Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana (2018). Viabilizada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e patrocínio do Instituto Vale, a instituição oferece qualificação em técnicas construtivas e insere em sua grade curricular a disciplina de empreendedorismo, visando a “inserção econômica e produtiva dos alunos de maneira autônoma” (Instituto Pedra, 2018, p. 115-116). A estruturação prosseguiu no decorrer de 2021, período em que ocorreu a implantação da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba (ADESIAP)⁶⁰ em Mariana e a inauguração da cooperativa de crédito Sicredi. Esse processo de implementação das diretrizes previstas no TTAC (2016) incluiu a inauguração da sede física da Casa do Empreendedor (2023).

A instalação desses entes e de suas sedes físicas estabeleceu um suporte técnico e infraestrutural destinado a operacionalizar o fomento à ideologia do empreendedorismo no município. A partir dessa base institucional, o terceiro eixo mapeou a atuação das entidades de classe, com destaque para a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (ACIAM) e a implantação da

⁵⁹ O primeiro TTAC foi assinado em março de 2018, e o segundo, em outubro de 2024, como parte de um novo acordo.

⁶⁰ A ADESIAP atua na articulação entre os empresários locais e o poder público, sendo responsável pela organização de eventos no município. Conforme notícia publicada no portal oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, a entidade instalou-se com o objetivo de fomentar e desenvolver o empreendedorismo da região, atuando por meio de projetos como a Semana de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/7022/sede-da-adesiap-e-inaugurada-no-municipio-de-mariana> Acesso em: 9 jul. 2026.

ACIAM Mulher⁶¹ em maio de 2019. Esta câmara foi criada como um braço estratégico da associação com o intuito de unir mulheres consideradas empreendedoras e fortalecer o comércio local. Para além da estruturação do aparato institucional, a materialização dessa estratégia pode ser observada na regularidade das atividades, eventos e capacitações realizadas, conforme sistematizado abaixo:

Tabela 1 - Dados sobre evento/ação desenvolvidas em Mariana/MG

Data	Evento / Ação	Instituição Organizadora / Patrocínio	Temática
20/05/2019	Palestra	ACIAM Mulher	Unir mulheres empreendedoras e criar um laço no comércio local.
09/08/2019	3º Fórum Estadual das Mulheres empreendedoras - Ouro Preto	ACIAM Mulher / FEDERAMINAS	Crescimento de negócios gerenciado por mulheres
17/11/2021 a 20/11/2021	1º Semana de Desenvolvimento Econômico	ADESIAP / Prefeitura de Mariana	Minicursos, palestras, seminários e oficinas
28/09/2022 a 01/10/2022	2º Semana de Desenvolvimento Econômico	ADESIAP / Prefeitura de Mariana	Minicursos, palestras, seminários e oficinas

⁶¹ ACIAM. Aciam promove mais uma edição do tradicional Café Empresarial com Charme e lança a Câmara da Mulher em Mariana — associação que está organizada em 33 municípios de Minas Gerais. Portal Aciam Mariana, 20 maio 2019. Disponível em: <https://www.aciamcdlmariana.com.br/noticia/41/a-aciam-promove-mais-uma-edicao-do-tradicional-cafe-e-empresarial-com-charme-e-lanca-a-camara-da-mulher-em-mariana>

25/10/2022	Café com charme	ACIAM Mulher	Palestra motivacional
31/10/2022	1º Fórum Regional de Diversificação Econômica	ACIAM	Como podemos diversificar a economia na nossa região?
01/11/2022	Palestra com Jamil Albuquerque	ACIAM	Prosperar: como resistir ao tempo.
02/06/2023	1º Fórum de Empreendedorismo Feminino	ACIAM Mulher/Patrocínio Vale e Samarco	Mulheres que brilham: conexão de sucesso
06/06/2023	Curso Liderança Jovem	ADESIAP / ACIAM	Formação de competências de gestão para novas lideranças.
24 a 26/10/2024	3ª Semana de Desenvolvimento Econômico	ADESIAP / Patrocínio Vale e Samarco	Desenvolve Mariana: impulsionando o futuro com a força da economia criativa.
27/06/2024	Impulso Mariana	Fundação Renova/Casa do empreendedor	O Impulso Rio Doce foi criado para ajudar empreendedores da Bacia do Rio Doce a fazer a transformação

			digital de seus negócios com o apoio de uma equipe especializada.
19/03/2025	Impulso Mariana	Prefeitura de Mariana/ACIAM	Roda de conversa com empresários, empreendedores e lideranças locais, com discussões inspiradoras e conexões para estimular a diversificação econômica do município.
01 a 03/10/2025	4° Semana de Desenvolvimento Econômico - 2° Fórum de empreendedorismo feminino	ACIAM/ CDL	Construindo um futuro sustentável e dinâmico e feira Multiset
25/11/2025	Impulso Mariana	Prefeitura de Mariana/ACIAM	Objetivo de fomentar o networking, a troca de experiências e o aprendizado contínuo entre empreendedores

			locais.
--	--	--	---------

Fonte: Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (ACIAM)

A estruturação dessa rede institucional e a regularidade das atividades mapeadas evidenciam como o fomento ao empreendedorismo e se estabelece enquanto uma das respostas do capital após o crime do rompimento de Fundão. A sistematização realizada nestes três eixos documentais demonstra que tal medida opera como uma estratégia de manipulação ideológica voltada a diluir as responsabilidades das mineradoras e do Estado na reparação dos danos e na manutenção da ordem social na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho partiu da constatação de que o capitalismo tardio, em sua fase de financeirização e reestruturação produtiva, tem produzido um aprofundamento sem precedentes da precarização do trabalho, acompanhado de um arsenal ideológico que naturaliza a exploração e transfere ao trabalhador os riscos e custos da produção. O percurso teórico empreendido no primeiro capítulo permitiu estabelecer as mediações necessárias para compreender como a lei geral da acumulação capitalista, ao ampliar o exército industrial de reserva e aprofundar a exploração da força de trabalho, engendra as condições objetivas para a emergência de respostas ideológicas como o empreendedorismo. A obra de Lukács ofereceu o instrumental teórico para desvelar a função social da ideologia como forma de elaboração ideal da realidade que orienta a práxis dos indivíduos no sentido da reprodução das relações sociais vigentes. Nessa direção, a análise da financeirização do capital e da formação do mercado de trabalho brasileiro revelou que a ideologia empreendedora está enraizada nas determinações históricas que constituem a particularidade da formação social brasileira — uma formação marcada pela herança do escravismo colonial, pela exclusão estrutural da população negra e pela dependência econômica que subordina o país aos ditames do capital internacional.

A passagem do plano teórico para a análise da materialização concreta dessa ideologia no território de Mariana, empreendida no segundo capítulo, evidenciou que o rompimento-crime da barragem de Fundão em 2015 se estendeu para além da devastação ambiental e da perda de vidas, atingindo o mercado de trabalho de forma profunda, com a eliminação de postos formais e a degradação das condições laborais da classe trabalhadora. A criação da Casa do Empreendedor e a estruturação de uma rede institucional composta pela ADESIAP e pela ACIAM, amparadas pelas diretrizes do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), expressam a estratégia de transferir ao trabalhador a responsabilidade por sua própria sobrevivência, sob a aparência de autonomia e empreendedorismo. A sistematização das atividades e eventos promovidos por essas instituições — como as Semanas de Desenvolvimento Econômico, os fóruns de empreendedorismo feminino e as palestras motivacionais — evidenciou que a publicização do empreendedorismo mobiliza a classe trabalhadora em torno da promessa de

autonomia, ao mesmo tempo que a insere em uma dinâmica de competição individualizada e de aceitação tácita da precarização.

A articulação entre os dois capítulos permitiu demonstrar que a ideologia empreendedora em Mariana opera como uma resposta funcional à crise estrutural do capital, atuando em duas frentes complementares. De um lado, ela se apresenta como uma solução para o desemprego e a informalidade, deslocando a responsabilidade pela geração de postos de trabalho do Estado e das mineradoras para o indivíduo. De outro, ela reforça a despolitização da classe trabalhadora pela figura isolada do "empreendedor" que, sozinho, deve criar seu próprio negócio e gerir sua própria subsistência. Essa dupla operação é funcional ao capital, pois, ao mesmo tempo em que dilui a responsabilidade das mineradoras e do Estado pela reparação dos danos e pela criação de empregos formais, ela conforma os trabalhadores a uma lógica de autogerenciamento subordinado, na qual o risco e a instabilidade são vividos como atributos da "liberdade" e da "autonomia" (Abílio, 2020). Nesse sentido, a Casa do Empreendedor, mais do que um espaço de apoio ao comércio local, constitui-se como um dispositivo ideológico de gestão da força de trabalho excedente, que opera para manipular o descontentamento social.

Cabe ainda reconhecer as limitações inerentes ao estágio atual deste trabalho. O segundo capítulo concentrou-se prioritariamente na organização e apresentação do material empírico sobre a Casa do Empreendedor e as instituições a ela articuladas, sem que se tenha empreendido uma análise crítica aprofundada sobre as contradições e a função ideológica das ações promovidas por essas instituições. A segunda etapa da pesquisa, financiada pela FAPEMIG, permitirá avançar na análise do conteúdo das diretrizes e das atividades desenvolvidas no município, investigando a conexão entre os aspectos pedagógicos do trabalho por conta própria, sua mediação com as políticas sociais e a efetiva responsabilização dos indivíduos por sua sobrevivência. Busca-se, portanto, desvelar como esse aparato ideológico atua na conformação das subjetividades, consolidando a ideologia do empreendedorismo como mecanismo de gestão da precarização em Mariana.

Por fim, os resultados alcançados apontam para a necessidade de aprofundar a investigação sobre a relação entre a ideologia empreendedora e as formas contemporâneas de exploração do trabalho, bem como sobre os limites e as possibilidades de resistência da classe trabalhadora diante desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 111-124.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 934-943, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vktq7bWWsVjKjWXPbBfdRgg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. 1º Fórum de Empreendedorismo Feminino: Mulheres que brilham. Instagram: @aciam_mariana. Mariana, 02 jun. 2023.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. 3º FEME - Fórum Estadual das Mulheres Empreendedoras. Mariana, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.aciamcdlmariana.com.br/noticia/47/3-feme>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. 4ª Semana de Desenvolvimento Econômico e 2º Fórum de Empreendedorismo Feminino: Construindo um futuro sustentável e dinâmico. Mariana, 01 out. 2025. Disponível em: <https://www.aciamcdlmariana.com.br/noticia/112/4-sde-mariana>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. ACIAM promove mais uma edição do tradicional Café Empresarial com Charme e lança a Câmara da Mulher em Mariana. Mariana, 20 maio 2019. Disponível em: <https://www.aciamcdlmariana.com.br/noticia/41/a-aciam-promove-mais-uma-edicao-d-o-tradicional-cafe-empresarial-com-charme-e-lanca-a-camara-da-mulher-em-mariana>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. Programação da 2ª Semana de Desenvolvimento Econômico de Mariana. Instagram: @aciam_mariana. Mariana, 28 set. 2022.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. Café com Charme: Palestra motivacional ACIAM Mulher. Instagram: @aciam_mariana. Mariana, 25 out. 2022.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. Palestra "Prosperar: como resistir ao tempo" com Jamil Albuquerque. Instagram: @aciam_mariana. Mariana, 01 nov. 2022.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. Palestra Empreendedorismo em foco (ACIAM Mulher). Instagram: @aciam_mariana. Mariana, 09 jul. 2019.

ACIAM – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. Reunião ACIAM, ADESIAP, Prefeitura Municipal de Mariana. Mariana, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://www.aciamcdlmariana.com.br/noticia/76/reuniao-aciam-adesita-prefeitura-municipalde-mariana>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ADESIAP – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba. Curso Liderança Jovem: Formação de competências de gestão para novas lideranças. Instagram: @adesiap_oficial. Mariana, 06 jun. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo (Org.). Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BERTOLLO, Kathiúça. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC): celebrado entre a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília, DF: AGU, 2 de março de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif/ttac>. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Termo de Repactuação de Mariana: Novo Acordo para a reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Belo Horizonte, MG: TRF6, 25 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.trf6.jus.br/acordo-de-mariana>. Acesso em: 20 jul. 2026.

CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. Intratextos, Rio de Janeiro, número especial 03, p. 128-146, 2012.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. Lutas Sociais, São Paulo, v. 22, n. 41, p. 252-267, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/40171>. Acesso em: 20 jul. 2026.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em:

https://www.poemas.com.br/wp-content/uploads/2017/07/versos_v1n2_milanez_etal.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FERNANDES, Florestan. O significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERRAZ, D. L. S.; FERRAZ, R. B. O empreendedorismo como ideologia: uma análise crítica a partir da ontologia lukacsiana. In: Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022, Brasília. Brasília: ABEPSS, 2022. p. 105-115.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2004. v. 2, p. 19-41.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1987.

LUKÁCS, György. Meu caminho para Marx. Verinotio - Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas, n. 12, ano VI, p. 13-20, out. 2010. Disponível em: https://www.verinotio.org/revista/numero12/01_Georg_Lukacs_Meu_caminho_para_Marx.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MILANEZ, Bruno; COELHO, Tádzio Peters; WANDERLEY, Luiz Jardim. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em: https://www.poemas.com.br/wp-content/uploads/2017/07/versos_v1n2_milanez_etal.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita, 2020.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2019. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

RIAL, Carmen. De acarajés e hamburgers e alguns comentários ao texto "Por uma antropologia da alimentação" de Vivaldo da Costa Lima. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 79, p. 1-24, 2005. Disponível em: <https://antropologia.ufsc.br/wp-content/uploads/sites/11/2022/12/79.-carmen-acaraje.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2026.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 166-175, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/7x8rSjYh3JkL5n4vVwZqY7p/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2026.

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, Natália Rosa da. A composição quantitativa e qualitativa do trabalho formal, informal e o do desemprego em Mariana e Ouro Preto. 2023. Relatório Final de Iniciação Científica – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

VALENTIM, R. A. F.; PERUZZO, E. R. A ideologia do empreendedorismo nos estudos organizacionais: análise crítica a partir da obra de Schumpeter. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 100-118, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/4M6sVjRScfC3q4bHkZJqHcG/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2026.